

Relatório e Contas

2010

Março de 2011

Índice

Órgãos Sociais 3
Accionista 4
Rede Comercial e Direcções 5
Principais Indicadores 7
Mensagem do Presidente 8
Enquadramento Macroeconómico
- Economia internacional 12
- Economia Cabo-verdiana
  - Evolução Global 14
  - Política Monetária 15
  - Sector financeiro 16
  - Perspectivas para 2011 19

Síntese da Actividade
- Posição no sector bancário 21
- Actividade Comercial
  - Recursos 22
  - Concessão de crédito 24
  - Operações de Mercado de capitais 27
  - Carteira de Investimento e negociação 28
  - Promoção e Marketing 29

Recursos Humanos 31
Responsabilidade Social 39
Análise da Situação Económico-financeira
- Evolução do Balanço 41
- Demonstração de Resultados 47
- Rácios Prudenciais 53

Eventos Subsequentes 55
Proposta de Distribuição de Resultado 56
Considerações finais 57
Anexos 59

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-geral

Presidente	David Hopffer Almada
Secretário	Alfredo Eugénio Barbosa Fernandes
Secretário	Jorge Fernando Gonçalves Alves

Conselho de Administração

Presidente	Fernando Marques Pereira
Vice-Presidente	Teófilo Figueiredo Almeida Silva
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto
Vogal	Luís de Carvalho Machado

Comissão Executiva

Presidente	Fernando Marques Pereira
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto

Conselho Fiscal

Presidente	João Manuel Barata da Silva
Vogais	João Higino Rosário Silva
Vogais	José Carlos Ramos Cunha
Vogal Suplente	José Carlos Vitória Soulé
Vogal Suplente	Vitor Lilaia da Silva

Accionistas

A distribuição do capital social em 31 de Dezembro de 2010, era a seguinte:

Nome do Accionista	Nº Acções Final	CVE	% de Capital Final
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	70.000	700.000.000,00	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	11.110	111.100.000,00	11,11%
SITA, SA	5.447	54.470.000,00	5,45%
ADEGA, SA	3.797	37.970.000,00	3,80%
EDMUNDO BARBOSA & Fº, Lda.	2.782	27.820.000,00	2,78%
AGRIPEC, SA	1.545	15.450.000,00	1,55%
DAVID HOPFFER ALMADA	1.256	12.560.000,00	1,26%
FRANCISCO BARBOSA AMADO	839	8.390.000,00	0,84%
TERESA JESUS TEIXEIRA B.AMADO	839	8.390.000,00	0,84%
ALUCAR, SA	773	7.730.000,00	0,77%
RACAN, Lda.	773	7.730.000,00	0,77%
JOÃO HIGINO ROSÁRIO SILVA	452	4.520.000,00	0,45%
MÁRIO JORGE MENEZES	387	3.870.000,00	0,39%
	100.000	**1.000.000.000,00**	**100,00%**

Rede Comercial e Direcções

Área	Responsável
Direcção Comercial (DCM)	José Mendes Director
Gabinete de Empresas (GEM)	Ângela Lopes Coordenadora
Gabinete de Particulares (GAP)	Ana Paula Vaz Coordenadora
Agência Sede	Ludmila Ribeiro Gerente Micas Prazeres Sub-Gerente
Agência ASA - Largo Europa	Dulcelinda Baptista Gerente Maria José Brandão Sub-Gerente
Agência Plateau	José Mário Tavares Gerente Inês Fernandes Sub-Gerente
Agência Achada Grande Frente	José Mário Tavares Gerente Joanita Salomão Sub-Gerente
Agência Assomada	Maria Antonina Martins Gerente Isa Miranda Sub-Gerente
Agência São Vicente	Gracinda Nascimento Gerente Leontino Neves Sub-Gerente
Agência Espargos	Albertina Fortes Gerente Graciett Ramos Sub-gerente

Rede Comercial e Direcções

(Continuação)

Área	Responsável
Agência Santa Maria	Carla Brito Gerente
Agência Boa Vista	Maria Pinto Gerente Rosinda Santos Subgerente
Direcção Suporte Operacional (DSO)	Ana Cruz Directora
Gabinete de Tecnologia e Organização (GTO)	Paulo Monteiro Coordenador
Gabinete de Mercados Financeiros (GMF)	Deisy Bernardino Sub-chefe Administrativo
Gabinete de Gestão de Risco (GGR)	Alberto Jesus
Gabinete de Contabilidade e Planeamento (GCP)	Maria Idalsisa Martins Coordenadora
Gabinete de Marketing (GMK)	Ana Cristina Rodrigues Coordenadora
Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC)	Sofia Mota Chefe de Sector
Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)	Carlos Gonçalves Coordenador
Gabinete de Recursos Humanos (GRH)	Christine Rodrigues Sub-chefe Administrativo
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)	Osvaldina Martins Chefe de Sector
Gabinete de Apoio Logístico (GAL)	Pedro Gomes Chefe de Sector

Principais Indicadores

Indicadores em 31 de Dezembro			Mil CVE
	2009	2010	/\%
INDICADORES DO BALANÇO			
Activo Líquido	16.224.578	18.274.477	12,63%
Disponibilidades	2.233.507	3.362.801	50,56%
Titulos da Dívida Pública	1.791.599	1.895.836	5,82%
Crédito a clientes	10.173.583	11.682.833	14,83%
Crédito e juros com imparidade	553.819	708.973	28,02%
Imparidade créditos clientes	585.715	744.580	27,12%
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.457.833	15.574.334	15,73%
Capitais Próprios	1.055.009	1.496.162	41,82%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO			
Produto Bancário	809.020	815.074	0,75%
Resultado Antes de Impostos	236.192	140.304	-40,60%
Resultado Liquido	193.955	130.076	-32,94%
OUTROS INDICADORES			
Rentabilidade			
Resultado Liquido /Activo	1,20%	0,71%	-0,48%
Resultado Liquido /Capitais Próprios	18,38%	8,69%	-9,69%
Solvabilidade e Transformação			
Capitais Próprios/ Activos	6,50%	8,19%	1,68%
Rácio de Transformação(Crédito/Depósitos) Liquido	75,60%	75,01%	-0,58%
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)	12,40%	14,62%	2,22%
Qualidade dos Activos			
Créditos Vencido/Crédito Total	5,44%	6,07%	0,62%
Crédito e juros com imparidade/Crédito Total	5,76%	6,37%	0,62%
Imparidades dos Creditos / Crédito e juros com imparidade	105,76%	105,02%	-0,74%
Provisões/Crédito vencido *	261,10%	240,91%	-20,19%
Qualidade do crédito (credito em incumprimento/credito total)*	2,08%	2,49%	0,41%
Produtividade e Eficiência			
Margem Complementar/Produto Bancário	19,55%	22,10%	2,55%
Gastos Administrativos/Produto Bancário	64,50%	64,68%	0,18%
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	243.623	281.002	15,34%
Nº de Empregados	97	97	0,00%
Nº de Agências	8	9	12,50%
Empregado por Agência	12	11	-11,11%
(Crédito+Depósitos)/nº Agências	2.953.927	3.028.574	2,53%

* De acordo com Circular Série A nº 150/ DSE/ 2009, de 28.Dez.2009, do Banco de Cabo Verde

Mensagem do Presidente



No ano de 2010 o Banco Interatlântico manteve o dinamismo que vinha registando nos últimos anos, continuando a alargar a sua rede comercial, a estruturar os seus serviços centrais e, fundamentalmente, a conseguir continuar a crescer na captação de novos clientes e a aumentar a sua penetração no mercado, reforçando o seu papel de Banco de referência para o sector empresarial, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento da economia cabo-verdiana.

A confiança dos nossos accionistas permitiu que em Assembleia Geral, realizada em 25 de Janeiro de 2010, fosse aprovado o aumento do capital social do Banco Interatlântico de 600.000 para 1.000.000 de contos, que foi integralmente realizado, e que possibilitou, ao mesmo tempo, adequar os Fundos Próprios do Banco à sua visão estratégica e às condições de mercado, vincadamente mais exigentes em termos do reforço da solvabilidade dos Bancos.

Desta forma o Banco encerrou o exercício de 2010 com um robusto rácio de solvabilidade de 14,62%, muito superior ao mínimo legal, que permite a continuação do seu crescimento mas também a contribuição do Banco para o reforço do reconhecimento internacional da segurança e credibilidade do sistema financeiro cabo-verdiano.

No ano de 2010 a economia cabo-verdiana, embora ainda estando a sofrer das consequências da crise económica e financeira global, viu vários sectores a apresentar uma recuperação significativa face ao ano anterior, em especial o sector

do turismo. Continuaram, no entanto, a fazer-se sentir os sinais de declínio da construção e do investimento directo estrangeiro (IDE).

No sistema bancário continuou a assistir-se a um forte aumento da concorrência, com a entrada no mercado de mais três instituições, elevando para oito o número de Bancos a operar em Cabo Verde (o dobro dos que existiam há apenas dois anos atrás).

Apesar destes constrangimentos que envolveram a actividade bancária durante o ano, o Banco Interatlântico consolidou durante 2010 o seu posicionamento como terceiro Banco do Sistema Financeiro Cabo-verdiano com um crescimento significativo na captação de recursos (15,7%), dos quais se destacaram os depósitos com um crescimento de 22,0%. Também no crédito se registou um crescimento na mesma linha de grandeza (15,8%).

Estes valores contribuíram para um aumento das quotas de mercado do Banco, em especial nas empresas, segmento que o Banco elegeu como prioritário para o seu crescimento. Este reforço é confirmado pela quota do Banco Interatlântico no número de POS activos em Cabo Verde, onde foi atingida a quota de mercado de 26%, colocando o BI como segundo Banco do sistema nesta vertente.

Em resultado da situação económica, continuou a assistir-se a um aumento da morosidade dos clientes, provocando um crescimento do crédito vencido em 28% face ao período homólogo. O indicador de Qualidade do Crédito, definido pelo Banco de Cabo Verde, situou-se em 2,49% em 2010, contra 2,08% em 2009, o que continua, no entanto, a comparar bem a nível internacional.

Em termos de resultados o Banco atingiu um resultado líquido de 130.076 contos, o que representa uma redução de 33% face ao ano anterior.

Em termos de margem financeira verificou-se uma ligeira redução face a 2009 (2,45%) fruto do incremento da remuneração média das operações passivas, em

resultado da concorrência no mercado, mas que foi mitigada pelo crescimento, quer em volume quer em taxa média, pelas operações activas.

A margem complementar teve um forte incremento face ao ano transacto (crescimento de 13,9%), em consequência do forte aumento da actividade do Banco, como acima referido.

O aumento da morosidade veio a ter um impacto decisivo nos resultados do Banco, pois assistiu-se a um aumento da imparidade do crédito que se situou no final do ano em cerca de 745 mil contos, representando um crescimento de 27% face ao ano anterior. Considerando que em 2009, em resultado da transição para as NIRF, uma parte do valor da imparidade apenas teve impacto nos Fundos Próprios, e não no Resultado, o crescimento da imparidade, na óptica dos resultados, teve em 2010 um crescimento de 250% face ao ano anterior.

A rede comercial foi aumentada durante o ano com mais uma agência (a nona), sem qualquer aumento do número de empregados, permitindo melhorar a generalidade dos rácios de eficiência do Banco.

Em 2010 o Banco Interatlântico foi, pela 2ª vez consecutiva, considerado pela revista "World Finance" como o melhor Banco em Cabo Verde.

Iniciamos o exercício de 2011 num ambiente ainda marcado pela crise financeira internacional que afecta em especial os países que se têm constituído como os principais parceiros de Cabo Verde e de onde são originários importantes fluxos financeiros.

Esta situação mantém o clima de incerteza com que vivemos durante o ano transacto, traduzido num ambiente económico marcado pelo aumento dos diferentes riscos inerentes ao sistema bancário e que impõem uma atitude de acompanhamento muito próxima dos clientes.

Nesta matéria é minha convicção que o Banco Interatlântico tem consideráveis vantagens, pois desde sempre elegeu a proximidade e atenção ao cliente como prioridade de actuação, o que tem permitido a continuidade do seu crescimento sustentado.

Em 2011 o Banco continuará a pugnar pelo aumento da rentabilidade das operações, aspecto fundamental para a solvabilidade, confiança dos clientes, accionistas e investidores e manutenção dos níveis de empregabilidade, e na busca de uma maior eficiência no serviço aos seus clientes, fazendo bem desde o primeiro momento e mantendo a sobriedade com qualidade de serviço.

Estou seguro que com a dedicação, profissionalismo e atitude ganhadora que caracteriza a equipa do Banco, vamos conseguir superar as expectativas.

Enquadramento Macroeconómico

1.1.- ECONOMIA INTERNACIONAL

A actividade económica mundial voltou a expandir-se em 2010, de forma mais saliente nos países emergentes, sobretudo no bloco asiático. O regresso do crescimento anual para território positivo assentou nos estímulos proporcionados pelos principais bancos centrais, que mantiveram as taxas de juro historicamente baixas, em função da ausência de pressões inflacionistas, e na retoma do consumo privado em muitas economias.

À semelhança do ano anterior, o bom desempenho dos indicadores económicos permitiu que as estimativas de crescimento para 2010, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), fossem sucessivamente revistas em alta. No seu World Economic Outlook, datado de Outubro de 2010, o FMI aponta para um crescimento da economia mundial de 4.8%. No relatório de Outubro de 2009 estimava um crescimento de apenas 3.1%. O maior crescimento atingido revelou-se, contudo, insuficiente para reduzir o desemprego, o qual permaneceu elevado nas economias desenvolvidas, ao contrário do que sucedeu nas economias emergentes.

O ano de 2010 ficou ainda marcado pelo agravamento das tensões no mercado de dívida pública, nomeadamente dos países periféricos da Área Euro. O prémio pago por estes países para se financiarem aumentou significativamente e obrigou ao reforço das medidas de austeridade. Estas variaram entre Estados Membros, mas foi comum o esforço no sentido de uma consolidação mais célere das respectivas finanças públicas, quer através da contenção de despesas, quer de iniciativas visando o reforço de receitas.

Em 2010, as autoridades norte-americanas voltaram a ter um papel decisivo para a retoma da economia mundial. A Reserva Federal manteve inalterada a taxa de referência no nível mais baixo de sempre, garantindo que esta assim permanecerá

durante um extenso período de tempo, e reforçou o programa de compra de activos inicialmente delineado em Março de 2009.

O bloco asiático mostrou novamente um comportamento muito positivo. O crescimento da economia japonesa voltou a território de expansão em 2010, impulsionada pelo consumo privado, apesar do ligeiro aumento do desemprego, resultado das medidas de estímulo levadas a cabo quer pelo banco central, quer pelo governo. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores económicos da China permaneceram robustos, sobretudo ao nível da actividade doméstica, beneficiando de fortíssimos estímulos monetários, e da manutenção do crescimento da concessão de crédito a ritmo elevado.

Destaque ainda para o desempenho da actividade económica brasileira, cujo crescimento do produto acelerou fortemente em 2010, apesar da moderação registada no segundo semestre. Após a contracção de -0.6% do PIB em 2009, em Outubro o FMI esperava para 2010 um crescimento de 7.5%, o nível mais forte desde 1986.

Apesar da elevada instabilidade financeira vivida em 2010 na Área Euro, o crescimento económico registado surpreendeu pela positiva. De acordo com o FMI, o crescimento em 2010 terá ascendido a 1.7%, o nível mais forte em três anos. Esta expansão assentou primordialmente no desempenho da procura doméstica.

Em Portugal, a actividade económica nos primeiros três trimestres de 2010 surpreendeu pela positiva com uma expansão de 1.5%, quando comparada com o mesmo período de 2009, salientando-se o facto de ter registado variações em cadeia positivas nos três períodos já conhecidos. Este desempenho resultou do contributo positivo das exportações líquidas, do consumo privado e do consumo público, apesar da forte queda do investimento.

Os efeitos da recuperação económica na zona Euro não se fizeram ainda sentir ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego média aumentou de 9.5% em 2009 para 10% em 2010, o nível mais elevado desde 1998.

O nível de inflação na Área Euro, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou em 2010 uma taxa de variação média de 1.6%, acima dos 0.3% de 2009. Este comportamento esteve associado maioritariamente ao aumento dos preços dos bens energéticos.

A não normalização das condições financeiras na Área Euro levou o Banco Central Europeu (BCE) a manter uma postura activa no domínio das medidas de política monetária não convencional, embora mantendo inalterada a taxa directora do euro durante todo o ano de 2010. Dada a não total regularização do funcionamento do mercado monetário da região, em parte patente na dificuldade de um conjunto de instituições assegurarem financiamento nos mercados de capitais, o BCE prolongou as condições mais favoráveis nos leilões de cedência de liquidez, embora eliminando os de maior prazo. Por outro lado, e numa decisão inédita, o BCE anunciou, na sequência do agudizar da crise da dívida soberana, a aquisição de dívida pública no mercado secundário, como forma de assegurar uma adequada transmissão da política monetária.

1.2.- ECONOMIA CABOVERDIANA

1.2.1.- Evolução Global

No ano de 2010 a economia cabo-verdiana, embora ainda estando a sofrer das consequências da crise económica e financeira global, viu vários sectores a apresentar uma recuperação significativa face ao ano anterior, em especial o sector

do turismo. Continuaram, no entanto, a sentir-se os sinais de declínio da construção e do investimento directo estrangeiro (IDE).

O indicador de clima económico atingiu o seu pico no quarto trimestre de 2010, tendo registado uma subida praticamente constante ao longo de todo o ano (apenas com um pequeno retrocesso no 3º trimestre) o que nos permite antecipar uma aceleração do crescimento económico.

As remessas de emigrantes mantiveram a tendência de progressiva redução, acompanhando a deterioração das condições do mercado de trabalho nos principais países de acolhimento.

No tocante ao Orçamento, assistiu-se por certo em 2010 à deterioração das contas públicas, pois o deficit orçamental acelerou para 12% PIB, embora abaixo do valor orçamentado de 15%, reflexo da política orçamental anti-cíclica encetada pelo Governo.

A inflação foi moderada ao longo do ano, registado uma taxa média em 2,1% no final de 2010 (1,1 p.p. acima do verificado em 2009). O comportamento dos preços acompanhou assim a dinâmica da procura e beneficiou ainda do impacto de um bom ano agrícola.

A evolução da economia levou o Banco de Cabo Verde a actualizar as suas projecções para 2010, fixando a projecção de taxa de crescimento do PIB para os 5,6%, contra um crescimento de cerca de 4% verificado em 2009.

1.2.2. - Política Monetária

Nas operações de mercado aberto a taxa de colocação dos TRM (14 dias) manteve-se estável nos 4,25%.

A taxa de colocação dos Títulos da Dívida Pública a 91 dias vem registando alterações, no sentido da alta aproximando-se da taxa de 4,00%. As Obrigações do Tesouro a 10 anos fixaram a sua taxa nos 6,00%.

O coeficiente de reservas obrigatórias manteve-se nos 16%.

A manutenção da inflação num nível baixo suportou a política monetária seguida no início do ano, designadamente a redução da taxa de juro directora do Banco Central (redução de 1% em todas as taxas de referência em 4 de Janeiro de 2010). Além de estimular a recuperação da actividade económica, a política monetária do Banco de Cabo Verde esteve orientada para os objectivos de estabilização das reservas internacionais e do ajustamento do excesso estrutural de liquidez do mercado financeiro.

1.2.3. -Sector Financeiro

Cabo Verde dispõe hoje de oito Bancos “on-shore” e uma dezena de instituições financeiras a operar na zona “off-shore”.

Segundo o Boletim de Estabilidade Financeira referente ao primeiro semestre de 2010, publicado pelo Banco de Cabo Verde (BCV) já no primeiro trimestre de 2001, a actividade bancária em Cabo Verde, medida pela dimensão dos activos, aumentou face ao período homólogo, tendo crescido o crédito aos clientes e incrementados os recursos de clientes.

Segundo ainda o Banco de Cabo Verde, assistiu-se a uma melhoria dos rácios de adequação de capital associada, em grande medida, à realização de diversas operações de aumento de capital, nomeadamente a do Banco Interatlântico.

O mercado do crédito ficou marcado pela evolução das suas taxas de crescimento em 13,7% nos primeiros seis meses de 2010, uma evolução consentânea com os agregados de despesa mais relevantes da economia nacional, mas tendo como

contrapartida a queda contínua, embora ligeira, da posição de liquidez no sistema bancário.

Ainda segundo o Banco de Cabo Verde, as imparidades para crédito aumentaram em relação a Dezembro de 2009, embora se mantenham em níveis relativamente contidos, mostrando o sistema bancário uma boa capacidade de resiliência face a determinados riscos. O exercício de "stress tests", realizado pelo BCV, corrobora este facto, pois ao considerar as diversas situações extremas ao nível do risco cambial, da evolução das taxas de juro, das condições de liquidez e de risco operacional, permitiu confirmar a adequação dos níveis de fundos próprios detidos pelos Bancos.

Contudo, assinala também o BCV, existem vulnerabilidades e riscos para o sistema bancário, em particular no risco de crédito fruto de uma elevada exposição ao sector imobiliário e a um número limitado de contrapartes.

Em 2010 a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) completou cinco anos de actividade efectiva. No ano transacto, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, a BVC realizou várias Ofertas Públicas de Subscrição (OPS), de entre as quais, se destacam, pelo seu carácter inédito, as Ofertas Públicas de Subscrição das Obrigações Municipais emitidas pelas Câmaras da Praia e do Sal.

A Bolsa manteve uma evolução favorável em termos de capitalização bolsista, embora ainda mantenha uma dimensão reduzida. Estão cotadas quatro empresas no segmento accionista e no segmento obrigacionista estão cotadas oito emissões de Obrigações do Tesouro e dezasseis emissões de Obrigações de Empresas.

Durante o ano realizaram-se seis operações no mercado primário com um montante global superior a 3,5 milhões de contos.

Ano	Oferta	Descrição	Segmento	Procura	Rácio
2010	1.102.650.000,00	Oferta Publica Sub Tecnicil Imobiliária Obrigação D (Fev)	Obrigações	1.102.650.000,00	1,00000
2010	450.000.000,00	Oferta Publica Sub Municpio da Praia	Obrigações	450.000.000,00	1,00000
2010	200.000.000,00	Oferta Publica Sub Municpio do Sal	Obrigações	200.000.000,00	1,00000
2010	330.000.000,00	Oferta Pública Sub IFH 2ª fase	Obrigações	330.000.000,00	1,00000
2010	1.000.000.000,00	Oferta Publica Sub Banco Africano de Investimentos	Obrigações	1.064.495.000,00	1,06450
2010	500.000.000,00	Oferta Pública Sub Banco Comercial do Atlântico	Obrigações	977.390.000,00	1,95478
2010	3.582.650.000,00	TOTAL ECV		4.124.535.000,00	

Fonte: Bolsa Valores de Cabo Verde

O Volume de Negócios no mercado secundário foi de 1,1 milhões de contos (um crescimento de 129% face a 2009), e a capitalização bolsista global atingiu os 24,9 milhões de contos (20,5% de crescimento face ao ano anterior).

A participação do Banco Interatlântico em ambos os segmentos (primário e secundário) rondou os 2% de quota de mercado.

1.2.4. -Perspectivas para 2011

Para 2011 as perspectivas para a evolução da actividade económica nacional continuam a ser marcadas por um conjunto de incertezas onde avulta a conjuntura na Área do Euro, constituindo riscos à recuperação do turismo e dos investimentos externos realizados no país, podendo igualmente afectar quer as transferências oficiais quer as remessas dos emigrantes. Assume especial relevo a redução dos salários reais nos principais parceiros do país bem como as incertezas que ainda persistem no mercado da dívida soberana, com impactos ao nível da estabilidade do sistema financeiro global.

Acresce ao exposto os riscos para a economia derivados do aumento dos preços dos produtos alimentares e do petróleo.

Contudo as projecções apontam para uma ligeira recuperação da actividade económica traduzindo essencialmente os efeitos de uma gradual recuperação das exportações, sobretudo de serviços, e alguma recuperação do Investimento Directo Estrangeiro. De igual modo, a expectativa é de que a procura interna venha a beneficiar da continuação do estímulo orçamental, aproveitando as oportunidades do acesso a linhas concessionais que, após 2013, ano em que Cabo Verde termina o período de transição de País Menos Avançado para País de Rendimento Médio, deixarão progressivamente de estar acessíveis.

As expectativas da OCDE e do Banco Africano de Desenvolvimento, expressas na publicação “Perspectivas Económicas em África, 2010” apontam para a continuação do ritmo de crescimento da economia em 2011, que deverá ultrapassar os 6%.

African Economic Outlook 2010 - Indicadores Macoeconómicos				
	2008	**2009(e)**	**2010(p)**	**2011(p)**
Crescimento real do PIB	5,9	3,9	5,1	6,4
Inflação medida pelo IPC	6,8	2,2	2,5	2,7
Saldo Orçamental % PIB	-1,1	-6,0	-9,5	-9,3
Balança Corrente % PIB	-11,7	-12,0	-10,2	-11,0

Síntese da Actividade

2.1.- Posição no Sistema Bancário

Em 2010, o Banco Interatlântico manteve uma evolução positiva nos principais indicadores de crescimento da actividade, continuando assim o seu processo de desenvolvimento e de afirmação no sistema bancário cabo-verdiano.

Apesar do aumento da concorrência que se fez sentir no mercado, o Banco cresceu acima do mercado, tanto no crédito, como nos recursos captados.

A nível da quota de Mercado nos Recursos Totais registou-se um aumento de 119 p.b., passando de 13,36% para 14,55%.

	Recursos Totais		Variação	
	Dez-09	Dez-10	Valor	%
Sistema	100.370,80	106.552,20	6.181,40	6,16%
BI	13.409,95	15.499,09	2.089,14	15,58%
Quota BI	**13,36%**	**14,55%**		**1,19%**

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Dezembro de 2010) e Contas BI (inclui recursos-conta caução)

A nível do Crédito Global, a quota do mercado do Banco passou de 13,68% para 14,32%, evidenciando um ganho de 64 p.b..

	Credito Bruto		Variação	
	Dez-09	Dez-10	Valor	%
Sistema	91.938,10	100.272,30	8.334,20	9,07%
BI Credito	10.131,29	11.762,35	1.631,06	16,10%
BI Titulos	2.448,00	2.600,76	152,77	6,24%
BI Total	12.579,28	14.363,11	1.783,83	14,18%
Quota BI	**13,68%**	**14,32%**		**0,64%**

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Dezembro de 2010) e Contas BI (inclui crédito a empregados)

Considerando o volume de negócios (recursos adicionado do crédito), verifica-se que o Banco Interatlântico reforçou a sua quota global que se situou nos 14,44%, o que representou um ganho, face ao período homólogo, de 92 p.b..

	Volume de Negócios		Variação	
	Dez-09	Dez-10	Valor	%
Sistema	192.308,90	206.824,50	14.515,60	7,55%
BI Total	25.989,24	29.862,20	3.872,96	14,90%
Quota BI	**13,51%**	**14,44%**		**0,92%**

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Dezembro de 2010) e Contas BI

2.2.- Actividade Comercial

2.2.1.- Recursos

Os Recursos e Outros Empréstimos de Cientes ascenderam a 15,5 milhões de contos o que corresponde a um crescimento de 15,7% face a Dezembro de 2009.

Os Depósitos dos Clientes cresceram 21,9%, sendo de destacar o crescimento dos depósitos a prazo (28%) em resultado do lançamento de novos produtos, crescimento da rede e agressividade comercial. Nos depósitos à ordem deve destacar-se o crescimento de 16,2% nos depósitos de residentes e de 73,33% nos depósitos do Sector público. Os depósitos à ordem de não residentes cresceram 12,08%.

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Recursos de clientes	**13.457.833**	**15.574.334**	**15,73%**
Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)	**11.644.805**	**14.206.053**	**21,99%**
À ordem (1)	**5.255.538**	**6.096.956**	**16,01%**
DO - Sector público Administrativo	73.725	127.788	73,33%
DO Residentes	4.077.294	4.740.029	16,25%
DO - Não residentes	718.153	804.905	12,08%
DO Emigrantes	386.366	424.234	9,80%
A Prazo (2)	**6.212.807**	**7.953.001**	**28,01%**
DP Residentes	4.205.919	5.482.905	30,36%
DP Emigrantes	1.493.257	1.873.262	25,45%
DP - Não residentes	513.632	596.835	16,20%
Poupança (3)	**176.460**	**156.095**	**-11,54%**
Poupança Jovem	176.460	156.095	-11,54%
Títulos Tesouro -Mercado Secundário	**1.687.012**	**1.226.329**	**-27,31%**
Bilhete de Tesouro - Cliente	40.000	0	-100,00%
Obrigações de Tesouro - Cliente	1.633.334	1.210.356	-25,90%
Rendimentos por Receber/Deferidos	13.678	15.973	16,78%
Outros Recursos	**25.446**	**4.837**	**-80,99%**
Cheques e ordens a pagar	25.446	4.837	-80,99%
Juros e Encargos Similares de clientes	**100.570**	**137.115**	**36,34%**
Residentes	56.711	86.894	**53,22%**
Não residentes	43.859	50.221	14,51%

Em relação aos Títulos do Tesouro colocados no mercado secundário atingiram o montante de 1.210.356 contos, o que representou um decréscimo de 25,90% face ao período homólogo em virtude de uma política que procurou incrementar a captação para a vertente de depósitos.

2.2.2. - Concessão de crédito

A carteira do crédito bruto não representado por valores mobiliários totalizou 11.772.316 contos registando um crescimento de 16,11% face ao Dezembro de 2009.

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Credito a clientes			
Outros créditos e valores a receber (titulados)	**685.126**	**730.854**	**6,67%**
De outros emissores públicos nacionais	677.056	728.415	7,59%
Rendimentos a receber/Deferidos	**8.070**	**9.461**	**14,18%**
Rendimentos receber Titulos	7.777	9.179	18,02%
Receitas com rendimento diferido	293	282	-3,85%
Imparidade	**0**	**7.022**	**N/A**
Crédito não representado por valores mobiliários Bruto	**10.139.056**	**11.772.316**	**16,11%**
De curto prazo	593.166	537.544	-9,38%
De médio e longo prazo	8.768.259	10.290.042	17,36%
Crédito ao pessoal	223.813	235.757	5,34%
Situação Normal	**9.585.238**	**11.063.343**	15,42%
Crédito e Juros Vencidos	**553.819**	**708.973**	**28,02%**
Capital	546.049	699.006	28,01%
Juros vencidos a regularizar	29	44	48,39%
Despesas de Crédito Vencido	7.740	9.923	28,21%
Imparidade de crédito a clientes e crédito/juros vencidos	**585.715**	**737.558**	**25,92%**
Crédito não representado por valores mobiliários Liquido	**9.553.342**	**11.034.758**	**15,51%**
Rendimentos a receber/Deferidos	**64.885**	**82.780**	27,58%
Crédito Sobre Clientes (Liquido)	**10.173.583**	**11.682.833**	**14,83%**

No tocante aos diferentes segmentos os saldos apresentaram a seguinte distribuição:

Crédito não representado por valores mobiliários

Mil CVE

Descritivo	Credito Normal	Credito Vencido	Total	%
Particulares	3.365.456	296.447	3.661.903	31,11%
Empresas	7.697.887	412.526	8.110.413	68,89%
Total Credito Bruto	**11.063.343**	**708.973**	**11.772.316**	100,00%

O crédito a empresas representou 68,89% da carteira de crédito total bruto, enquanto o crédito a particulares representou 31,11%.

Face ao período homólogo, os créditos na situação vencida tiveram um crescimento de 28%, em virtude do abrandamento nalguns sectores da economia, com o consequente aumento da morosidade. O indicador de qualidade do crédito (crédito em incumprimento/crédito total), nos termos da Circular Série A nº 150/DSE/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 2,49% contra 2,08% no ano anterior.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade à sua carteira de crédito, sendo que a identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os “cash-flows” futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em 2010 foi registada imparidade no montante de 737.558 contos na carteira de crédito não titulado (um crescimento de 26% face ao período homólogo), conforme se indica quadros seguintes:

Segmentos 2010	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais
Habitação	2.302.549	48.320	2,099%	72.134
Outros Créditos	1.359.354	109.740	8,073%	61.535
Garantias Pessoais	7.246	16	0,216%	0
Crédito Geral	7.861.255	569.853	7,249%	365.231
Garantias Empresas	1.486.763	9.630	0,648%	0
Sector Público	2.712.500	0	0,00%	0
Total	**15.729.667**	**737.558**	**4,689%**	**498.901**

Segmentos 2009	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais
Habitação	1.869.133	40.963	2,192%	84.071
Outros Créditos	1.131.046	109.572	9,688%	71.186
Garantias Pessoais	1.986	0	0,015%	0
Crédito Geral	7.012.429	428.113	6,105%	345.489
Garantias Empresas	1.114.922	7.067	0,634%	0
Grupo	0	0	0,00%	0
Sector Público	999.414	0	0,00%	0
Total	**12.128.930**	**585.715**	**4,829%**	**500.745**

Como se pode verificar, registou-se um acréscimo da taxa de imparidade no crédito Geral (empresas), registando-se uma ligeira melhoria no crédito à habitação e outros créditos.

No crédito titulado o valor da imparidade registado atingiu os 7.022 contos o que elevou o total do valor da imparidade para os 744.580 contos, um crescimento de 28% face ao ano transacto.

Considerando que em 2009, em resultado da transição para as NIRF, uma parte do valor da imparidade apenas teve impacto nos Fundos Próprios, e não no Resultado do Exercício, o crescimento da imparidade, quando vista na óptica dos resultados, teve em 2010 um crescimento de 250% face ao ano anterior.

2.3.- Operações de mercado de capitais

Na Bolsa de Valores realizaram-se em 2010 seis operações no mercado primário de obrigações:

- Tecnicil Imobiliária, com uma taxa de juro fixa de 7,5%, prazo de 5 anos e um valor total de 1.102.650 contos.
- Câmara Municipal do Sal, com uma taxa de juro de TBA+3,35% e "floor" nos 6,9%, prazo de 15 anos e um valor total de 200.000 contos.
- Câmara Municipal da Praia, com uma taxa de juro de TBA+3,30% e "floor" nos 6,9%, prazo de 20 anos e um valor total de 450.000 contos.
- IFH, com uma taxa de juro de TBA+2,89% e "floor" nos 6,5%, prazo de 5 anos e um valor total de 330.000 contos.
- Banco Africano de Investimentos, subordinada, com uma taxa de juro de 5,9%, prazo de 6 anos, e um valor total de 1.000.000 de contos.
- Banco Comercial do Atlântico, subordinada, com uma taxa de juro entre os 5,75% e os 6,25%, prazo de 7 anos, e um valor total de 500.000 de contos.

Em todas estas operações o BI participou enquanto colocador, com quotas variáveis em cada uma das emissões, ficando, no final do ano de 2010, com uma participação global no mercado primário de 1,8%.

O acréscimo dos **Títulos de Outros Emissores Residentes** deveu-se à aquisição, em mercado primário de obrigações da Câmara Municipal do Sal, IFH e BCA, apresentado a carteira do Banco, no final de 2010, a seguinte composição (excluindo a dívida pública):

Mil CVE

Outros residentes nacionais	Dez-09	Dez-10	Variação
Obrigações TECNICIL	150.000	150.000	0
Obrigações ASA	180.000	180.000	0
Obrigações ELECTRA A	130.099	130.099	0
Obrigações ELECTRA B	155.700	155.700	0
Prémio de aquisição (Electra A e B)	1.870	1.561	-309
Obrigações ELECTRA C	32.199	32.199	0
Obrigaçõs SOGEI	999	999	0
Obrigações TECNICIL INDúSTRIA	6.193	6.193	0
Obrigações FAST FERRY	19.996	19.996	0
Obrigações BCA	0	6.668	6.668
Obrigações C.M.SAL	0	15.000	15.000
Obrigações IFH 2ª FASE	0	30.000	30.000
Total	**677.056**	**728.415**	**51.359**

2.3.1.- Carteira de Investimento e de negociação

Os "Activos Financeiros Disponíveis para Venda" tiveram uma variação positiva de 6,31% face Dezembro de 2009. Essa variação deveu-se à aquisição de 5.250 acções da Promoleasing ao preço de 1.000 escudos por acção o que corresponde a 17,5% do Capital Social da mesma sociedade. O crescimento é também justificado pela reavaliação das participações em 13.618 contos, sendo o valor mais significativo registado na participação que o Banco detém no BCA, com um acréscimo de 6,23%.

2.4.- Promoção e Marketing

No decorrer do ano de 2010 o GMK actuou em diferentes frentes. Em relação à **Comunicação Interna** prosseguiu com o projecto intranet, na actualização e gestão dos conteúdos, bem como a organização e disponibilização dos normativos (OS_IS_CP_CI), acções que contribuíram para uma melhor organização e imagem interna do BI, nomeadamente no acesso facilitado e de forma atractiva à informação relevante, pelos seus colaboradores.

Relativamente à **Comunicação Externa** deu-se especial atenção à uniformização do *parque de ATMs,* com o novo layout concebido com base na nova linha gráfica de comunicação do Banco Interatlântico.

Destaque também para a campanha de comunicação dos *Cartões de Pagamento BI,* veiculado nos principais jornais da praça, em diferentes portais de grande visibilidade e nos balcões da rede de Agência BI.

No reforço da sua imagem institucional, o BI deu continuidade á sua politica de participação nas principais Feiras realizadas em Cabo Verde, nomeadamente, a 2ª Feira Internacional de Construção e Habitação, a 14ª Feira Internacional de Cabo Verde. Outras iniciativas nesse âmbito, designadamente, a 1ª Feira do Ambiente, levada a cabo pelo Ministério do Ambiente e a 2ª Feira do Emprego Empresas e Empreendedorismo sob a tutela da ADEI - Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação), contou com a participação do Banco como patrocinador.

Para além de participações em feiras e eventos, o Banco Interatlântico, no reforço da sua imagem institucional, encabeçou várias iniciativas como patrocinador, em áreas que abrangem, a educação, a cultura, o desporto, dando assim continuidade á sua política de responsabilidade social.

De destacar também o patrocínio do BI à Missão Empresarial da AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa, em S. Vicente, a 25 de Março, que se deslocou com o objectivo de co-financiar acções de internacionalização de pequenas e médias empresas em África.

Outras acções foram desenvolvidas, nomeadamente, o lançamento de novo produto de poupança, o depósito a prazo *BI Aforro Anual* +, bem como a *Campanha de Natal* e as campanhas de divulgação dos prémios *Sapo Cabo Verde* e o *Banking Awards 2010*, atribuída pela prestigiada Revista Britânica *World Finance***,** prémios que distinguiram o Banco Interatlântico pelo 2º ano consecutivo. Todas essas iniciativas divulgadas nos principais Jornais, Sites e rede de Agências BI.

Ainda enquadrado na comunicação externa foi iniciado em 2010 o projecto do Novo Site BI, com novas funcionalidades, ficando sob a responsabilidade da estrutura interna, a revisão e finalização de imagem com definição do "rosto" do site, bem como introdução e gestão dos seus conteúdos.

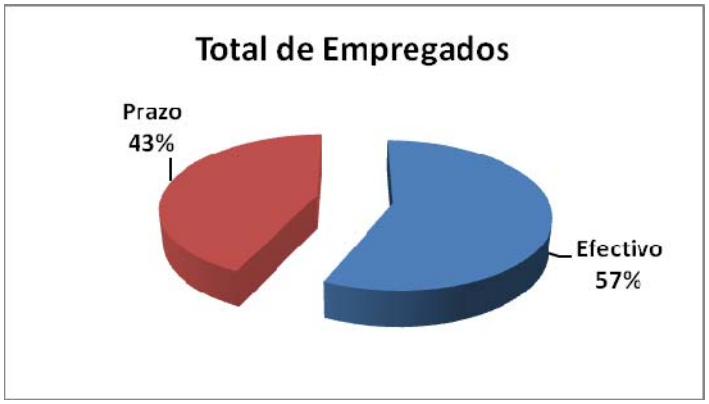
Essas acções de comunicação externa acima elencadas, tiveram como resultado uma maior projecção e reforço da imagem Institucional do BI, bem como o posicionamento do Banco Interatlântico como Instituição que apoia fortemente projectos de cariz social, dentro da sua política de responsabilidade social.

Por último destaca-se o relacionamento com **Entidades Externas**, nomeadamente os contactos permanentes com fornecedores e os órgãos de comunicação, quer seja para fazer cumprir os contratos de protocolos assinados, na divulgação de notícias e eventos organizados pelo BI, nas campanhas de produtos, etc., acções para garantir o bom relacionamento do BI com as entidades externas.

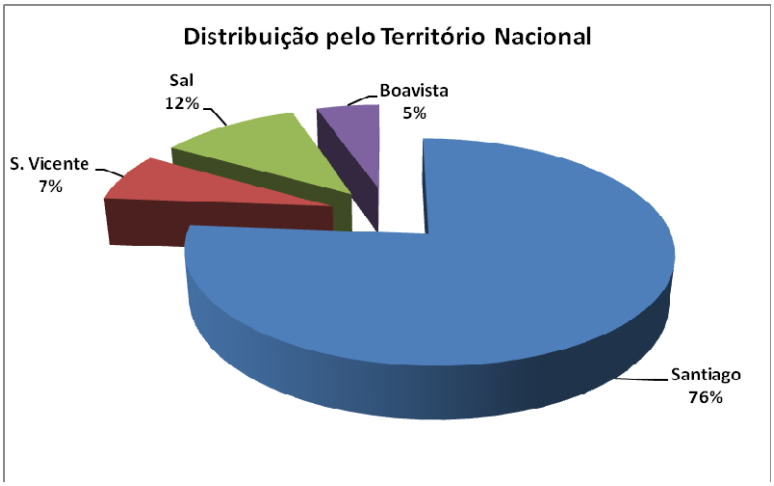
3.- Recursos Humanos

No final do exercício do ano de 2010, o Banco Interatlântico contava com 97 colaboradores, tendo sido registadas 3 admissões e 3 desvinculações, números, esses, que demonstram uma certa estabilidade a nível organizacional em termos de conservação dos seus quadros e capacidade de manter a sua filosofia de trabalho.

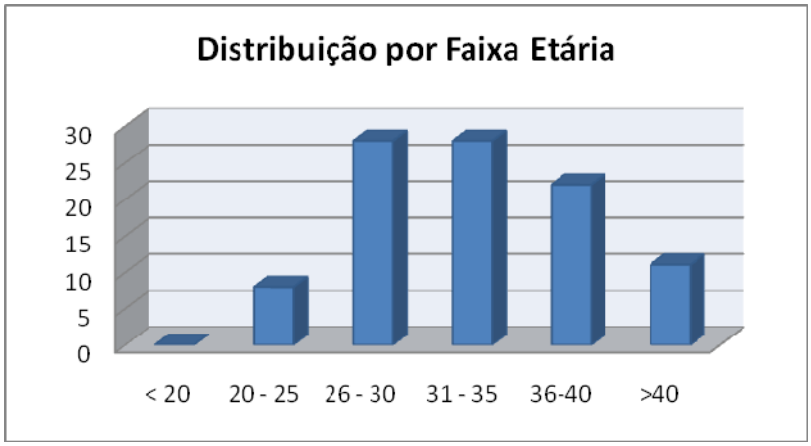
Dos 97 colaboradores no activo, 55 eram efectivos do quadro permanente e 42 possuíam contrato por tempo determinado.



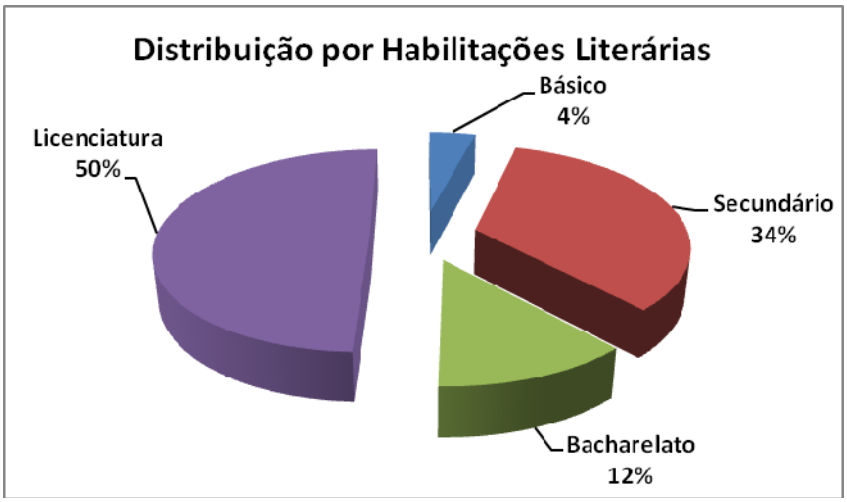
A nível nacional, a distribuição dos Colaboradores era a seguinte:



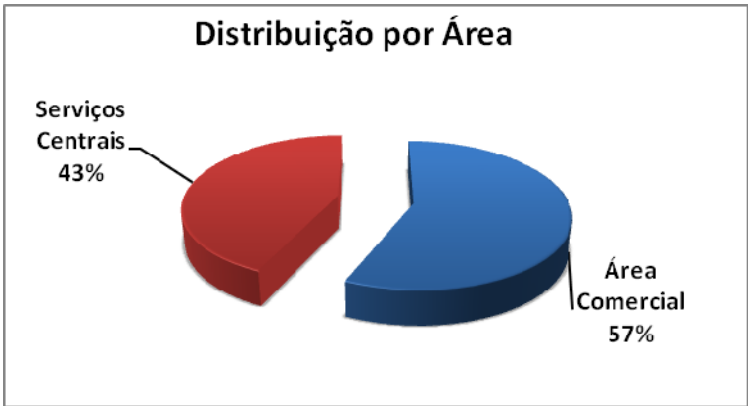
A média de idades dos empregados era de 33 anos, sendo que a maior concentração do pessoal se situava na faixa etária entre os 26 e os 35 anos (representando 58% da totalidade dos empregados).



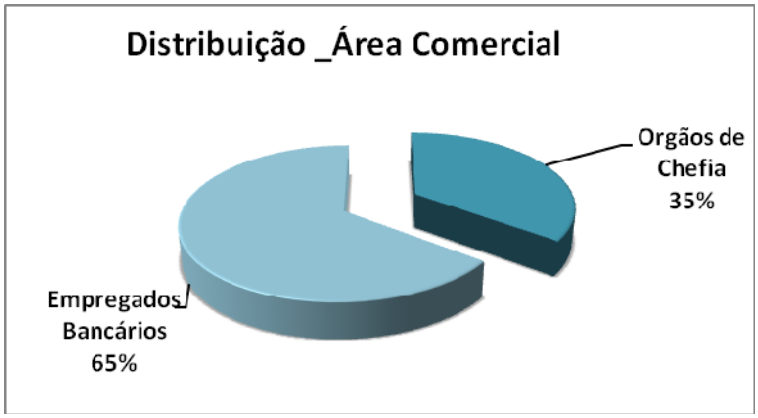
Ao nível das habilitações literárias e das qualificações profissionais, 50% dos Colaboradores detinham formação superior ao nível de Licenciatura e 12% de Bacharelato. De salientar que apenas 4% eram habilitados com Ensino Básico.



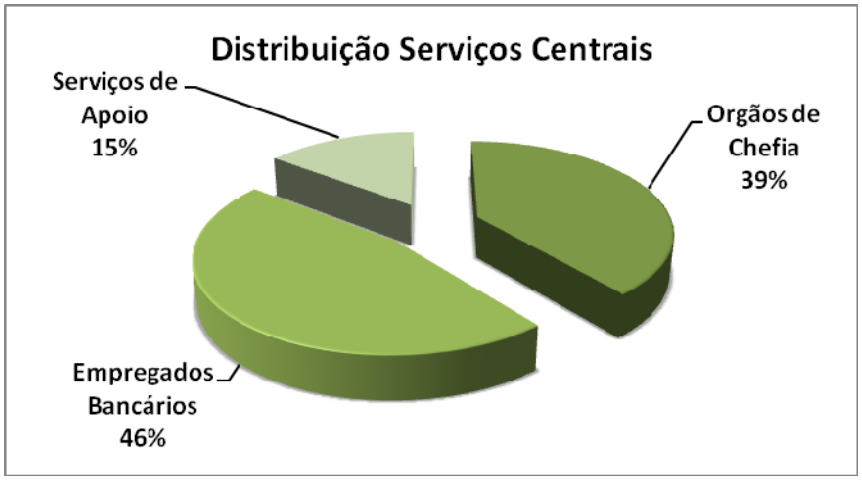
Quanto à distribuição dos Colaboradores por área funcional, constatou-se que 55 estavam afectos à Área Comercial e 42 aos Serviços Centrais.



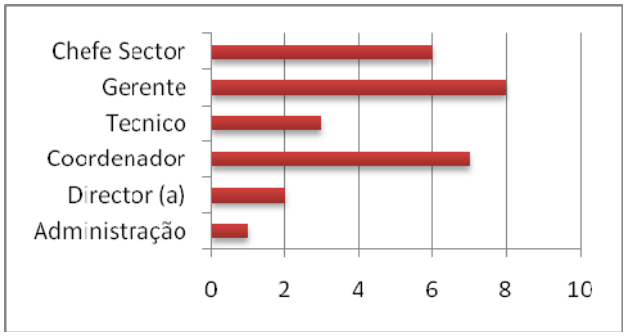
Na Área Comercial, 20 dos Colaboradores desempenharam cargos de chefia e 36 eram Empregados Bancários. De salientar que, comparativamente com o ano de 2009, se verificou um acréscimo significativo do número de Colaboradores a desempenhar cargos de chefia, sem haver necessidade de realização de recrutamento externo, o que demonstra a promoção de candidatos internos como forma de evidenciar as suas capacidades e valorizar o seu empenho. O número de cargos de chefia aumentou em 7 elementos, passando de 13 para 20.

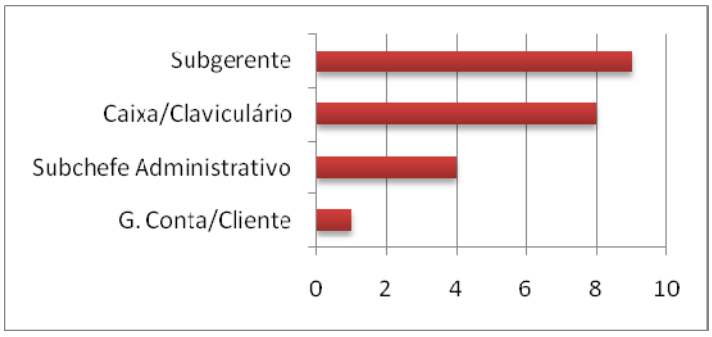


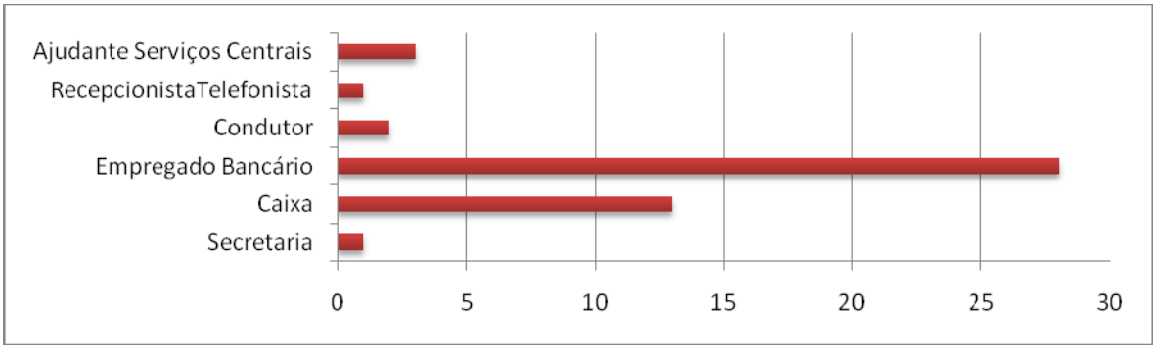
À semelhança da Área Comercial, também nos Serviços Centrais se registou um aumento ao nível dos órgãos de chefia, devido à promoção de 4 Colaboradores. Deste modo, nos Serviços Centrais, 16 Colaboradores desempenharam cargos de chefia, 19 eram Empregados Bancários e 6 prestaram serviços de apoio.



A distribuição por função era a seguinte:



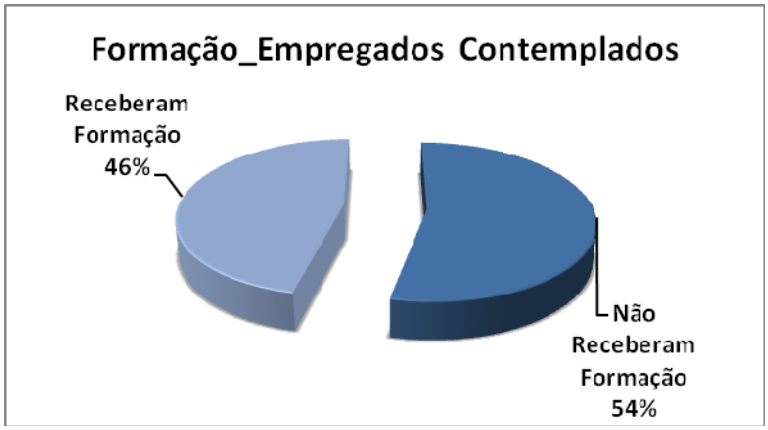


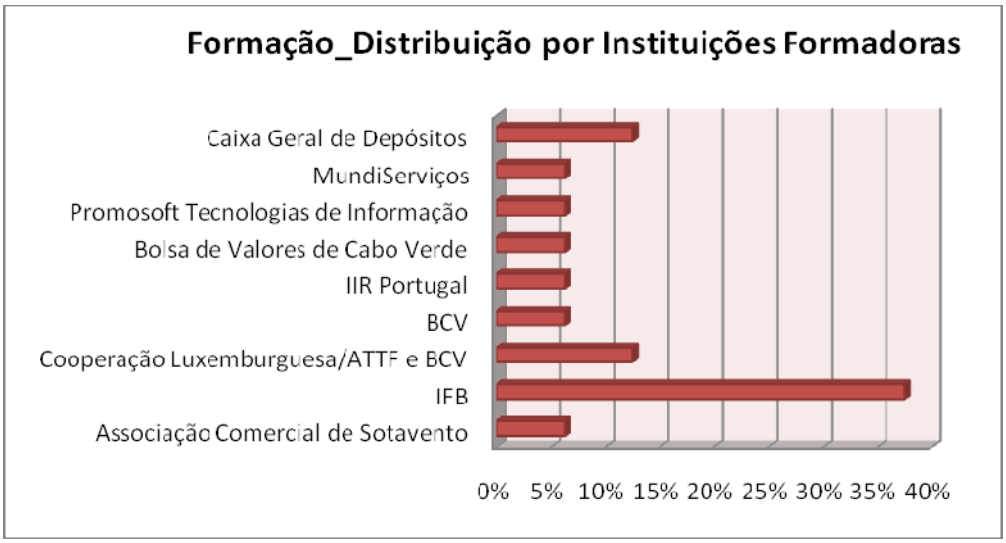


Formação

Em seguimento das acções de formação ministradas em 2009 e em virtude do compromisso assumido entre o Banco Interatlântico e Instituto de Formação Bancária de Portugal, este Instituto promoveu três acções de formação vestibular

(Fevereiro/Março, Abril e Setembro). Na totalidade, foram realizadas 15 acções de formação, envolvendo 45 Colaboradores, o que correspondeu a 46% dos mesmos. De salientar que dos 45 formandos, 6 participaram em mais do que uma acção de formação.



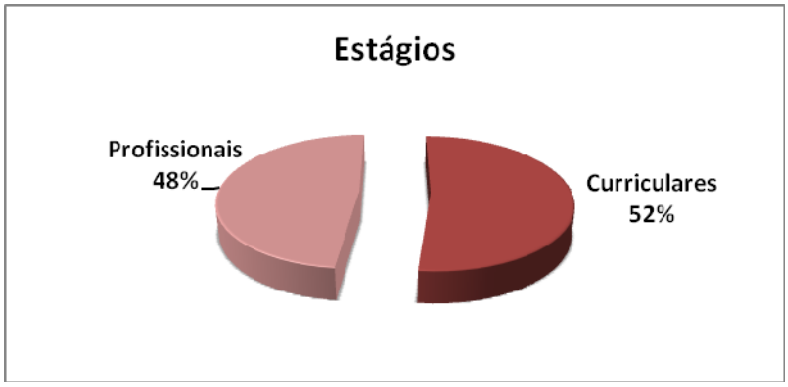




O Banco comparticipou na Formação Académica de 3 Colaboradores, no montante global de 145.500 CVE, cobrindo 25% das respectivas propinas anuais.

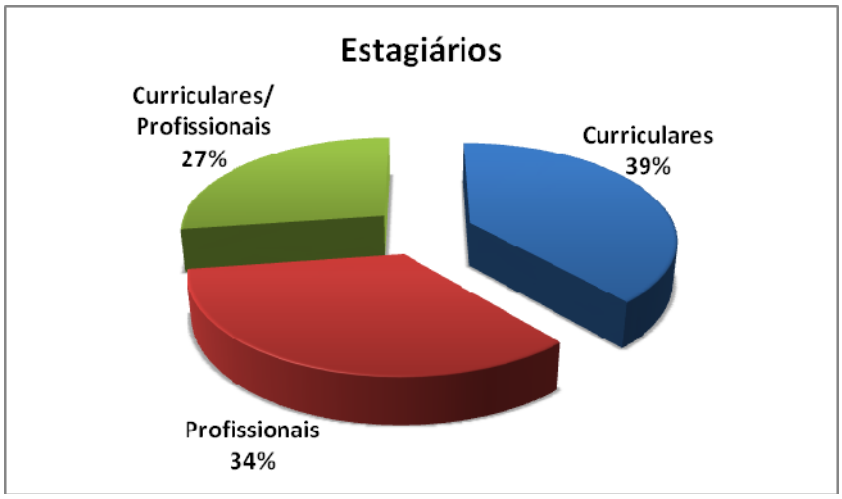
Estágios

Ao longo do ano de 2010 registou-se uma forte procura ao nível de pedidos de emprego e de estágios e em virtude de não estar previsto um recrutamento de colaboradores, o Banco decidiu proporcionar um maior número de estágios comparativamente com ano de 2009. Tal atitude levou em consideração a preocupação a nível social e o intuito de contribuir para minimizar a inactividade laboral. Foram proporcionados 56 estágios, sendo 29 curriculares, destinados aos alunos finalistas dos cursos de Licenciatura, e os restantes profissionais.

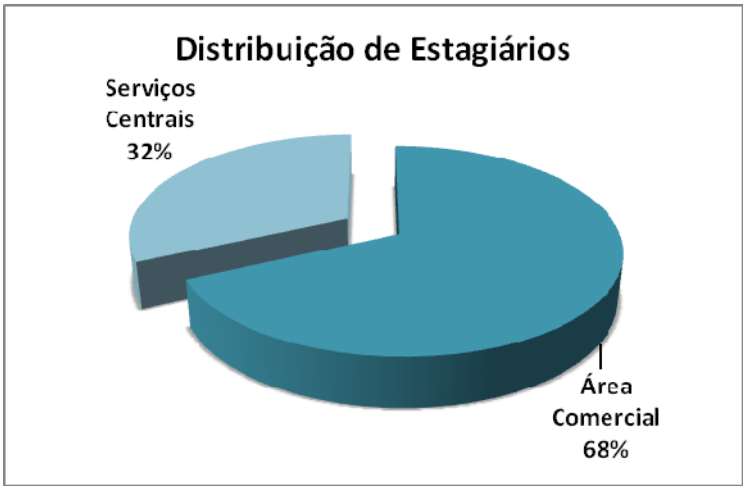


Dos 29 estágios curriculares, 24 foram realizados por alunos da Universidade Jean Piaget (no âmbito do protocolo existente com esta Universidade), e os restantes estagiários frequentavam o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais – São Vicente, a Escola Profissional do Sal ou a Universidade Lusófona de Cabo Verde.

No cômputo geral, foram admitidos 44 estagiários, sendo 17 Curriculares, 15 Profissionais e 12 realizaram primeiramente estágio curricular e posteriormente estágio profissional.

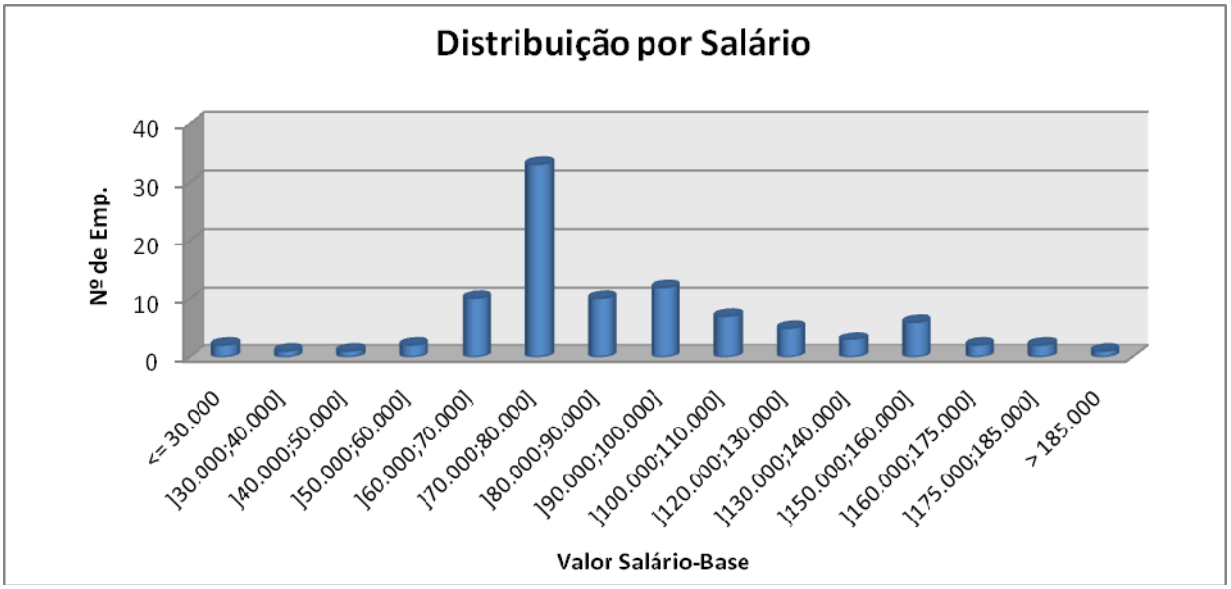


Quanto à distribuição dos 44 estagiários, verificou-se que a maioria foi enquadrada na Área Comercial (30) e os restantes nos Serviços Centrais.



Apesar de 2010 ter sido um ano de recessão económica a nível mundial, os colaboradores não deixaram de ser beneficiados. Até 31 de Dezembro de 2009 todos os colaboradores usufruíam de um seguro de trabalho obrigatório que lhes garantia uma remuneração mensal de 9.000CVE em caso de acidente de trabalho. A partir de 01 de Janeiro de 2010 para além do seguro anteriormente referido, todos os colaboradores passaram a usufruir de um seguro de trabalho facultativo que lhes garante o recebimento dos seus salários líquidos. Este seguro, em caso de falecimento ou invalidez do segurado, abona aos familiares esse mesmo salário durante o período de vigência do contrato de trabalho.

Para além das promoções anteriormente mencionadas, registou-se um aumento salarial de 1,5% e o pagamento de subsídio de refeição, a partir do mês de Outubro de 2010, no valor 170CVE diários.



Quanto aos prémios de produtividade, mantiveram-se os fixados em 2009, ou seja, atribuição entre 1 a 3 salários consoante os critérios definidos.

4.- Responsabilidade Social

Enquadrada na sua política de responsabilidade social, o Banco Interatlântico, continuou a apoiar durante o ano de 2010, diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG's nos domínios do **desporto**, da **cultura**, da **educação,** da **saúde** e das **autarquias locais**, quer sob a forma de patrocínio quer sob a forma de donativo.

Assim o Banco aprovou, durante o ano transacto, 24 donativos no montante de 5.063 contos e 60 patrocínios, no montante de 13.880 contos (no total os donativos e patrocínios representaram um valor de contribuições corresponde a cerca de 14,56% dos resultados líquidos do Banco), elencados da seguinte forma:

Patrocinios	Valor
Patrocinios à Educação	1.888.265,00
Patrocinios às Câmaras Municipais	3.465.177,00
Patrocinios á Cultura	1.427.882,00
Patrocinio 35 anos Independência	1.174.710,00
Patrocinios a espectáculos	1.886.576,00
Bolsas de estudo a estagiários	1.968.211,00
Patrocinios a Feiras	262.470,00
Patrocinio a Associação de Empregados	281.840,00
Patrocinios à Saude	161.000,00
Diversos	1.364.267,00
Total	**13.880.398,00**

Donativos	Valor
Donativos a Instituições de apoio às crianças	2.115.000,00
Associação de Empregados do BI	1.996.162,00
Donativos para a área da Saúde	170.000,00
Donativos para a área da Educação	305.348,00
Diversos	476.847,00
Total	**5.063.357,00**

5.- Análise da situação económico-financeira

5.1.- Evolução do Balanço

O Activo líquido ascendeu a 18,2 milhões de contos, o que representou um crescimento de 12,6% face ao ano transacto (mais 2 milhões de contos), para os quais contribuíram o aumento do crédito líquido sobre clientes, as disponibilidades no Banco Central e o investimento em títulos de dívida pública.

No lado do Passivo destaca-se o crescimento dos Recursos de Clientes.

Balanço a 31 de Dezembro

	Dez-09	Dez-10	Variação %	Variação Valor
ACTIVO	**16.224.578**	**18.274.477**	**12,63%**	**2.049.899**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	2.024.039	3.210.399	58,61%	1.186.360
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	209.468	152.402	-27,24%	-57.066
Activos financeiros disponíveis para venda	299.128	317.996	6,31%	18.868
Aplicações em Instituições de Crédito	1.343.450	629.204	-53,17%	-714.246
Titulos de Divída Pública	1.791.599	1.895.836	5,82%	104.237
Crédito a clientes	10.173.583	11.682.833	14,83%	1.509.250
Activos não correntes detidos para venda	5.865	0	-100,00%	-5.865
Outros activos tangíveis	271.067	284.501	4,96%	13.435
Activos intangíveis	4.291	5.677	32,31%	1.386
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos	34.817	36.737	5,52%	1.920
Activos por impostos Correntes/diferidos	49.698	34.751	-30,08%	-14.948
Outros activos	17.574	24.141	37,37%	6.567
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**16.224.578**	**18.274.477**	**12,63%**	**2.049.899**
Recursos de Instituições de Crédito	740.755	322.492	-56,46%	-418.263
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.457.833	15.574.334	15,73%	2.116.501
Passivos Subordinados	513.941	513.823	-0,02%	-118
Passivos por impostos Correntes/diferidos	38.724	5.117	-86,79%	-33.607
Outros passivos	418.316	362.549	-13,33%	-55.767
Capital Social	600.000	1.000.000	66,67%	400.000
Prémios de emissão	388	388	0,00%	0
Reservas de reavaliação	6.733	16.878	150,69%	10.146
Outras reservas e resultados transitados	253.933	348.820	37,37%	94.887
Resultado Liquido do Exercício	**193.955**	**130.076**	**-32,94%**	**-63.880**

A nível do Activo, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

Nas **disponibilidades** avultam as disponibilidades sobre o Banco de Cabo Verde que registaram um acréscimo de 63,68% face a 2009. O saldo de caixa situou-se em 390.904 contos, com um crescimento de 29,65% fruto da abertura de mais uma agência.

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Caixa e Disponibilidades	**2.233.507**	**3.362.801**	**50,56%**
Caixa	**301.512**	**390.904**	**29,65%**
Em moeda nacional	181.838	236.779	30,21%
Em divisas	119.674	154.125	28,79%
Disponibilidades sobre IC`s no País	**1.811.957**	**2.853.293**	**57,47%**
Banco de Cabo Verde	1.722.527	2.819.495	63,68%
Outras Instituições dos Creditos	89.430	33.799	-62,21%
Disponibilidades sobre IC`s no estrangeiro	**120.038**	**118.604**	**-1,20%**

As **aplicações em Instituições de Crédito** Situaram-se em 629.204 contos, registando, em comparação com o período homólogo, um decréscimo de 53,17%, devido fundamentalmente a uma redução das aplicações em Títulos de Regularização Monetária.

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Aplicações em IC`s	**1.343.450**	**629.204**	**-53,17%**
No País	**1.300.000**	**600.000**	**-53,85%**
Depósitos à Vista	0	0	N/A
Depósitos a Prazo	1.300.000	600.000	-53,85%
No Estrangeiro	**43.927**	**29.972**	**-31,77%**
Depósitos à Vista	0	0	N/A
Depósitos a Prazo	43.926,87	29.971,88	-31,77%
Rendimentos a receber Aplicações	477	768	61,00%

O investimento em **Títulos da Dívida Publica** teve uma evolução de 5,82% face ao Dezembro de 2008, destacando-se o crescimento do saldo em Obrigações do Tesouro em 175.000 contos, em detrimento dos Bilhetes do Tesouro que viram o seu saldo reduzir-se em 76.910 contos.

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Títulos da dívida pública	**1.791.599**	**1.895.836**	5,82%
De Dívida pública Caboverdiana	1.770.940	1.872.030	5,71%
Rendimentos receber Banco	20.659	23.806	15,23%

Os **Activos Tangíveis** (brutos), atingiram o montante 775.312 contos representando um crescimento de 10% face a Dezembro 2009. Este crescimento é devido fundamentalmente à aquisição do um terreno no Mindelo (Ilha de S.Vicente) destinado à construção de agência do BI naquela cidade, à transferência de imóvel proveniente da recuperação dos créditos para Imobilizado, considerando que o mesmo é utilizado pelos serviços do Banco, a abertura da Agência da Achada Grande no final do 1º semestre de 2010 e a aquisição de duas novas viaturas. A imparidade em outros activos tangíveis diz respeito ao reconhecimento da imparidade sobre o edifício da Achada de Santo António, cujo valor em 2010 foi de 13.745 contos, e para equipamentos em curso (Quiosques), no valor de 3.011 contos.

Os **Activos Intangíveis** registaram um acréscimo de 32,31% face a Dezembro de 2009, devido á aquisição dos diversos softwares.

Mil CVE

Activos Intangveis e Tangíveis	Dez-09	Dez-10	%
Activos Tangiveis	**271.067**	**284.501**	**4,96%**
Activos Tangiveis Bruto	**704.395**	**775.312**	**10,07%**
Terreno	2.056	38.732	1784,29%
Imóveis de Serviço Próprio	71.000	77.328	8,91%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	269.196	272.859	1,36%
Mobiliário e material	41.291	43.284	4,83%
Máquinas de uso administrativo	19.080	21.249	11,37%
Equipamento informático	203.900	212.326	4,13%
Equipamento de transmissão	12.044	12.576	4,41%
Material de Transporte	49.219	53.669	9,04%
Equipamento de segurança	9.172	11.486	25,22%
Outro equipamento	27.280	31.647	16,01%
Outras activos Tangíveis	157	157	0,00%
Amortizações Acumuladas	**416.573**	**474.056**	**13,80%**
Imparidade Outros activos tangíveis	**16.755**	**16.755**	**0,00%**
Activos Intangiveis	**4.291**	**5.677**	**32,31%**
Sistemas de Software	73.835	78.892	6,85%
Amortizações Acumuladas	**69.545**	**73.215**	**5,28%**

O **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos** teve um crescimento de 5,52% em virtude da avaliação pela equivalência patrimonial da SISP, que teve um crescimento de 1.920 contos (depois de descontados os dividendos recebidos). Assim, a participação na SISP, em Dezembro de 2010, fixou-se em 36.737 contos.

Em termos da análise das contas da SISP, salientamos os seguintes indicadores:

- Activo Líquido de 619,2 milhões de escudos, que representa um aumento de 4,23% face ao ano anterior e Passivo no valor total de 251,8 milhões de escudos, o que representa uma ligeira diminuição, 2,24%, face ao ano anterior.

- Os Capitais Próprios registaram um aumento de 30,9 milhões de escudos, (+9,2%) face ao ano transacto.

- Resultado Líquido conheceu um aumento na ordem dos 11,5 milhões de escudos motivado sobretudo pelo aumento das receitas proveniente dos serviços de Pagamento Automático Vinti4.

Nos **Outros Activos** estão registados fundamentalmente comissões a receber do Estado pelos serviços prestados pelos pagamentos dos impostos dos contribuintes nos nossos balcões; falhas de caixa e regularização da compensação.

Mil CVE

Outros Activos	Dez-09	Dez-10	%
Outros Activos	**17.574**	**24.141**	**37,37%**
Residentes	32.136	26.081	-18,84%
Não residente	1.348	1.744	29,35%
Provisões para Outros Activos	-15.910	-3.684	-76,84%

Mil CVE

Outros Activos	Dez-09	Dez-10
Comissões a Receber do estado	4.148	5.690
Valores a Reembolsar - CGD	1.348	1.744
Património Artístico	606	606
Receitas Deferidas	6.664	7.057
Falhas de Caixa	1.675	1.436
Fundo Maneio	210	210
Cheques Devolvidos - Pendentes Compensaç	12.226	0
Cheques em trânsito	2.607	2.310
Visa - Regularização	6	0
Outros Devedores	3.994	8.772
Total	**33.484**	**27.825**

A nível do **Passivo,** justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

Os **Recursos de Outras Instituições de Crédito** atingiram o montante de 322.492 contos, representando um decréscimo de 56,46% face ao ano anterior. Esta redução deve-se à amortização do capital dos empréstimos do BEI (102.030 contos) e Agência Francesa de Desenvolvimento (10.909 contos).

Os recursos de Instituições de crédito no país dizem respeito aos saldos dos depósitos de diversas instituições financeiras junto do BI. Em relação aos recursos nas instituições financeiros no estrangeiro temos a Linha de Crédito de Curto Prazo da Caixa Geral de Depósitos que, em 31de Dezembro de 2010, apresentava uma saldo utilizado de 72.808 contos (decréscimo de 31.613 contos face a 2009), a Linha de Crédito do Banco Europeu de Investimento, com um saldo 105.103 contos, e a Linha de Crédito ds Agência Francesa de Desenvolvimento no valor de 109.090 contos.

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Recursos de IC's	**740.755**	**322.492**	**-56,46%**
Do país	461	1	**-99,78%**
Do estrangeiro	734.869	319.428	-56,53%
Encargos a pagar	**5.425**	**3.063**	**-43,54%**

Nas **Responsabilidades Representadas por Títulos** está registada a emissão de obrigações subordinadas subscrita em Julho de 2008 no montante de 500.000.000$00, cuja taxa, após a realização de uma Assembleia Geral de Obrigacionistas em 2009, passou a ser fixa e no valor de 6,0% até 2013.

Nos **Outros Passivos** registou-se uma redução de 13,8%, sendo que os recursos conta caução dos créditos documentários e de créditos viaturas cresceram 14,2%. A redução registou-se nos outros credores que caíram 19,1%.

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Outros passivos	**418.316**	**362.549**	**-13,33%**
Recursos - conta caução	66.368	75.787	14,19%
Credores – Diversos	351.948	286.762	-18,52%

Os Outros Passivos têm o seguinte desdobramento:

Mil CVE

Outros Credores	Dez-09	Dez-10
Recursos - conta caução	66.368	75.787
Imposto retido na fonte	19.696	15.777
Pensão a pagar aos pensionista	231.921	133.508
Subsdio de falhas	2.450	2.416
Outros custos com pessoal	18.861	18.822
Custo administrativos Deferidos	30.084	33.957
Outros credores	16.421	27.042
Sobra de Caixa	2.012	2.381
Anuidades dos Cartões R24	2.619	3.677
Anuidades dos Cartões Visa	2.498	5.672
Conta caução - compensação	1.626	17.122
Compensação Sisp	2.215	1.496
ATM - VINTI 4	21.544	24.891
Total	**418.316**	**362.549**

5.2.- Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido fixou-se em 130.076 contos e teve um decréscimo de 32,94% face ao mesmo período do ano anterior. Esse decréscimo deve-se fundamentalmente ao aumento da imparidade do crédito, pois o Banco apresentou um bom desempenho quanto ao crescimento da margem complementar (13,9%) e manteve uma estabilidade no produto bancário e nos custos de estrutura.

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Juros e Proveitos Equiparados	1.031.305	1.103.092	6,96%
Juros e Custos Equiparados	380.446	468.164	23,06%
Margem Financeira	**650.859**	**634.929**	-2,45%
Rendimentos de instrumentos de capital	19.792	8.900	-55,03%
Rendimentos de serviços e comissões	110.427	124.866	13,08%
Encargos com serviços e comissões	30.452	34.961	14,80%
Resultados de reavaliação cambial	26.215	40.877	55,93%
Resultados de alienação de outros activos	207	182	-12,44%
Outros resultados de exploração	31.972	40.282	25,99%
Margem Complementar	**158.161**	**180.145**	13,90%
Produto Bancário	**809.020**	**815.074**	0,75%
Custos com Pessoal	178.079	190.337	6,88%
Gastos gerais administrativos	282.955	273.442	-3,36%
Amortizações do exercício	60.799	63.424	4,32%
Custos de Estrutura	**521.833**	**527.202**	1,03%
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	47.166	164.862	249,54%
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-10.075	12.226	-221,35%
Resultados em empresas associadas	6.246	5.068	-18,86%
Resultado Antes de Impostos	**236.192**	**140.304**	-40,60%
Impostos	42.236	10.228	-75,78%
RESULTADO LÍQUIDO	**193.955**	**130.076**	-32,94%

Os **Juros e Proveitos Equiparados** registaram um crescimento de 6,9%, com um aumento dos juros do crédito concedido em 12,2%;

Os **Juros e Custos Equiparados** registaram um crescimento de 23,06%. Este crescimento deve-se ao aumento dos juros dos depósitos (em 23,69%) e dos juros das obrigações emitidas (em 22,15%);

Quanto à **margem complementar** totalizou 180.145 contos um acréscimo de 21.984 contos comparando com período homólogo (crescimento de 13,90%).

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Margem Complementar	**158.161**	**180.145**	**13,90%**
Rendimentos de instrumentos de capital	**19.792**	**8.900**	**-55,03%**
Rendimentos dos Outros Serviços Prestados	**110.427**	**124.866**	**13,08%**
Por garantias prestadas	**29.809**	**36.682**	**23,06%**
Garantias e avales	29.809	36.682	23,06%
Outras operações sobre instrumentos financeiros	**42.276**	**40.727**	**-3,66%**
Outras operações sobre instrumentos financeiros	42.276	40.727	-3,66%
Por Serviços Prestados	**37.267**	**46.926**	**25,92%**
Transferencias de Valores	615	575	-6,45%
Gestão de cartões	17.397	26.683	53,38%
Anuidades	5.137	6.205	20,79%
Prestação de serviços diversos	14.118	13.462	-4,64%
Por Operações Realizadas	**1.075**	**531**	**-50,63%**
Sobre titulos - em operações da bolsa valores	1.075	531	-50,63%
Encargos com serviços e comissões	**30.452**	**34.961**	**14,80%**
Garantias e avales	1.610	1.672	3,84%
Outros Serviços Prestados	28.842	33.289	15,42%
Resultados de Reavaliação Cambial	**26.215**	**40.877**	**55,93%**
Perdas em operações cambiais	**19.862**	**36.705**	**84,80%**
Em divisas	9.564	15.442	61,46%
Notas e moedas estrangeiras	10.299	21.263	106,46%
Ganhos em operações cambiais	**46.078**	**77.582**	**68,37%**
Em divisas	19.242	27.214	41,43%
Notas e moedas estrangeiras	26.836	50.367	87,68%
Resultados de alienação de outros activos	**207**	**182**	**-12,44%**
Outros Resultados de Exploração	**31.972**	**40.282**	**25,99%**
Outros Encargos e Gastos Operacionais	**23.215**	**21.581**	**-7,04%**
Impostos Indirectos	**3.732**	**13.186**	**253,33%**
Imposto selo	9	0	-100,00%
Imposto sobre transporte rodovário	47	53	13,46%
Taxas	3.676	3.967	7,93%
Outras custos de expoloração	0	9.165	N/A
Quotizações e Donativos	**4.247**	**5.219**	**22,88%**
Outros Encargos e Gastos Operacionais	**15.237**	**3.177**	**-79,15%**
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	**55.187**	**61.864**	**12,10%**
Reembolso de despesas	258	199	-22,82%
Rendimentos da prestação de serviços diversos	17.042	20.207	18,57%
Taxa de Serviço	36.717	37.981	3,44%
Outros Redimentos e Receitas Operacionais	1.171	3.477	197,00%

- Os Rendimentos Instrumentos de Capital, fixou-se em 8.900 contos registando uma diminuição de 55,03% devido fundamentalmente à diminuição dos dividendos recebidos do BCA (em 2010 foi distribuído um total de 5.947 contos, contra 17.040 contos em 2009).

- Os Rendimentos de Outros Serviços Prestados aumentaram 13,08% relativamente a 2009, atingindo um volume 124.866 contos. As comissões da Visa aumentaram em 62,39% na sequência do aumento das transacções com os cartões de crédito. As comissões dos créditos documentários aumentaram 21,70% e comissões das garantias e avales em 23,06%.

- Os Encargos com Serviços e Comissões tiveram um acréscimo de 14,8% face ao mesmo período anterior. Em Dezembro de 2010 alcançaram o montante de 34.961 contos contra 30.452 contos em 2009. Essa evolução encontra explicação no crescimento das comissões Visa (15,4%) fruto do aumento do número e transacções dos cartões de crédito.

- Os Resultados de Reavaliação Cambial tiveram um acréscimo de 55,93% face ao período homólogo, fruto do aumento das operações realizadas com os clientes e também do aumento da volatilidade do dólar face ao euro.

- Os outros resultados de exploração tiveram uma variação positiva de 26%, devido ao aumento das prestações de serviço na Rede Vinti 4, que registou uma variação positiva de 18,95%; ao aumento da receita com a taxa de serviço em 3,44% e outros proveitos relacionas com transferências.

O **Produto Bancário** registou um acréscimo de 0,75% em relação ao Dezembro de 2009. A margem financeira teve um decréscimo de 2,45% enquanto a margem complementar teve uma variação positiva de 13,89%.

De realçar que até 31 de Dezembro de 2009, as recuperações de créditos abatidos ao activo eram reflectidas em “Juros e Rendimentos Similares”, passando em 2010 a

ser contabilizadas na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros liquida de reversões e recuperações", não sendo consideradas nestas circunstâncias a nível do Produto Bancário.

Caso fosse utilizado o critério anterior o Produto Bancário em 2010 teria registado um crescimento, face ao ano anterior, de 2,03% e a margem financeira um decréscimo de 0,81%.

Os **custos de estrutura** aumentaram 1,06% face a ano de 2009. Esta evolução reflecte fundamentalmente o impacto da abertura de mais uma agência e o aumento dos estagiários remunerados. O indicador "custos de estrutura em percentagem do produto bancário" – "Cost to income" – situou-se em 64,68% enquanto em 2009 foi de 64,50%.

Caso não fosse alterado o critério acima explicitado o "Cost to income" ter-se-ia situado em 63,19% no ano de 2010, contra 63,80% em 2009.

Em relação a 2009, os **custos com pessoal** aumentaram 6,88% em consequência da reclassificação e promoção dos colaboradores; aumento dos estágios remunerados; ajustamento salarial de 1,5%; atribuição de subsídio de alimentação a partir de Outubro de 2010 e alteração do seguro de acidentes de trabalho que incide sobre todo o vencimento e não apenas sobre o mínimo legal.

Os **custos Gerais administrativos** decresceram 3,36% face ao período homólogo. As rubricas que tiveram crescimento face ao ano transacto foram:

- Formação de Pessoal que alcançou o montante de 10.145 contos, registando um aumento de 102,06% face a 2009. Realce para a Formação ministrada pelo IFB (Instituto de Formação Bancárias) realizado em Cabo Verde e também em Portugal; formação no Programa ROCI (Risco Operacional e Controlo Interno) e Compliance realizado na Caixa Geral de Depósitos em

Lisboa; formação no programa de Recursos Humanos realizado pela Promosoft e formação em IFRS realizado pela Deloitte em Cabo Verde.

- Seguros que cresceram 3,23% face ao Dezembro de 2009, com destaque para os seguros com transportes dos valores.

- Acréscimo de 27,82% na conservação e reparação, devido a remodelação e reparação de novos espaços para os departamentos dos serviços centrais na sede, e manutenção das viaturas.

Mil CVE

	Dez-09	Dez-10	%
Custo de Estrutura	**521.833**	**527.202**	**1,03%**
Custos com pessoal	**178.079**	**190.337**	**6,88%**
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	30.913	27.730	-10,30%
Remuneração de empregados	93.687	105.539	12,65%
Remunerações adicionais	5.512	5.121	-7,09%
Outras remunerações	31.171	32.735	5,02%
Encargos sociais	16.796	19.211	14,38%
Gastos gerais administrativos	**282.955**	**273.442**	**-3,36%**
Agua, Energia e Combustiveis	15.175	20.733	36,63%
Impressos e Material de Consumo	12.304	10.912	-11,31%
Publicações	12	12	0,00%
Outros Fornecimentos de Terceiros	1.549	1.365	-11,86%
Rendas e Alugueres	27.574	27.807	0,84%
Comunicacoes e Despesas de Expediente	23.115	18.681	-19,18%
Deslocações, Estadas e Representação	8.647	7.139	-17,43%
Publicidade e Edição de Publicações	42.611	37.026	-13,11%
Conservação e Reparação	3.582	4.579	27,82%
Transportes	3.693	3.429	-7,15%
Formacção de Pessoal	5.021	10.145	102,06%
Seguros	6.072	6.268	3,23%
Servicos Especializados	126.109	121.455	-3,69%
Outros Servicos de Terceiros	7.490	3.914	-47,75%
Amortizações do Exercício	**60.799**	**63.424**	**4,32%**
De outros activos intangíveis	**3.150**	**3.670**	**16,51%**
Outros activos tangíveis	**57.649**	**59.753**	**3,65%**
De imóveis de serviço	1.070	1.250	16,79%
Obras em edfícios arrendados	12.758	14.686	15,11%
De equipamento	43.821	43.818	-0,01%

O aumento das amortizações do exercício reflecte principalmente a expansão das agências e o investimento contínuo em informática e também remodelação dos equipamentos. As Amortizações do Exercício fixaram-se em 63.424 contos, um acréscimo face ao período homólogo de 4,3%.

O Resultado Líquido cifrou-se em 130.076 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia um decréscimo de 32,94%.

5.3.- Rácios Prudenciais

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 14,62%, bastante acima do limite legal de 10%.

O aumento do capital realizado ano permitiu que os fundos próprios elegíveis atingissem os 1.876.496 contos e os fundos próprios de base os 1.408.569. De realçar este último valor que permitiu ao Banco encerrar o exercício com um rácio de 10,98% (8,77% no ano anterior) nos fundos próprios de base ou seja o “core Tier one” é superior ao rácio de solvabilidade exigido pelo Banco de Cabo Verde o que permite ao BI afirmar que cumpre as regras mais exigentes a nível da solvabilidade bancária que estão em preparação e nível da regulamentação internacional.

Gestão do Capital	Dez-09	Dez-10	Variação
Fundos Proprios de Base	**952.726**	**1.408.569**	**455.843**
Capital Social	600.000	1.000.000	400.000
Reservas e Prémios	400.718	495.604	94.886
Resultado Líquido	96.978	65.038	(31.940)
Resultados Transitados e outros (Impacto transicção para NIRF)	(144.970)	(152.073)	(7.103)
Fundos Próprios Complementares	**476.363**	**508.439**	**32.076**
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	(23.637)	8.439	32.076
Deduções aos Fundos Próprios totais	**83.132**	**40.512**	**(42.620)**
Participações em Instituições de Crédito	75.108	40.512	(34.596)
Excesso na concentração de risco	8.024	-	(8.024)
Total dos Fundos Próprios Elegíves	**1.345.957**	**1.876.496**	**530.539**
Total do Activo Ponderado	**10.857.602**	**12.833.436**	**1.975.834**

Rácios	Dez-09	Dez-10	Variação
Fundos Proprios de Base	8,77%	10,98%	2,20%
Fundos Próprios Complementares	4,39%	3,96%	-0,43%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,77%	-0,32%	0,45%
Rácio de Solvabilidade	**12,40%**	**14,62%**	**2,23%**

Em relação aos outros rácios prudenciais, o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

Rácio Prudencial	Valor Mínimo	Valor observado em 2010
Cobertura do Imobilizado	100% dos Fundos Próprios	230,00%
Cobertura das Responsabilidades		
Exigíveis até 7 dias	20,00%	34,49%
Exigíveis até 30 dias	20,00%	198,52%
Exigíveis até 90 dias	20,00%	97,84%
Exigíveis em prazo> 90 dias	20,00%	125,08%
Títulos da Dívida Pública	710.303 Contos	1.872.030 Contos

6.- Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.

7.- Proposta de distribuição de resultados

Tendo em conta a política de capitalização do Banco Interatlântico e o resultado líquido do exercício de 2010, propõe-se a seguinte distribuição:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- A distribuir pelos Accionistas, 50% (cinquenta por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

	Distribuição	%
Lucro liquido	130.075.798,71	100,0%
Reserva Legal (10%)	13.007.579,87	10,0%
Outras Reservas	52.030.319,48	40,0%
A Distribuir pelos accionistas	65.037.899,35	50,0%

Nota: Em Assembleia-Geral do Banco Interatlântico, realizada no dia 13 de Abril de 2011, foi aprovada a aplicação de resultados do exercício de 2010, nos termos propostos.

8.- Considerações finais

O ano de 2010 foi seguramente um exercício económico difícil para a industria bancária, resultado da crise económica e financeira internacional que perdura, seguida da crise da divida soberana em vários países europeus, alguns dos quais com relações económicas e de cooperação privilegiadas com Cabo Verde. A crise que persiste no sector da imobiliária turística levou as instituições bancárias a procederem a registos de imparidades sobre as operações ligadas a este sector da actividade, com impacto negativo significativo nos resultados.

O Banco Interatlântico, registou uma evolução muito positiva da sua actividade, tendo tanto os depósitos como os créditos registado taxas de crescimento cerca de duas vezes superior ao crescimento do sector, resultando num crescimento da quota de mercado do Banco nos dois mercados, reforçando assim a sua posição de terceiro banco do sistema financeiro cabo-verdiano.

Os resultados líquidos do exercício registaram no entanto uma diminuição assinalável em relação ao exercício anterior, devido à forte concorrência instalada no sector bancário e a um significativo reforço prudencial de imparidade, particularmente no sector da imobiliária turística. Estes resultados permitem no entanto propor aos accionistas uma renumeração comparável aos padrões internacionais e ainda reforçar os fundos próprios do Banco, logo a sua solvabilidade.

Fruto dos resultados acumulados e do aumento de capital realizado no inicio do ano, o Banco Interatlântico apresenta o mais elevado rácio de solvabilidade do sistema bancário cabo-verdiano, o que lhe permite encarar o futuro com confiança, determinação e optimismo.

O Banco melhorou significativamente a sua visibilidade, notoriedade de credibilidade, testemunhado por vários prémios ganhos e por propostas de linhas de crédito, por parte de instituições financeiras internacionais de referência.

Os resultados alcançados deveram-se à confiança e á preferência dos nossos clientes, razão principal da nossa existência, que continuará a merecer toda a nossa atenção e a quem são dirigidos os nossos primeiros agradecimentos.

Os nossos agradecimentos vão ainda para as seguintes entidades:

Aos nossos accionistas, pela confiança e interesse demonstrados em acompanhar e apoiar o desenvolvimento da Instituição, particularmente no aumento dos seus fundos próprios;

Ao Banco de Cabo Verde, pela sua atenção supervisora e pelos esforços visando garantir a solidez e a credibilidade do sistema financeiro no seu todo.

Aos membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das actividades do Banco;

Aos trabalhadores e colaboradores do Banco, pela dedicação, profissionalismo e os esforços consentidos para consecução dos objectivos alcançados.

Praia, 31 de Março de 2011.

Fernando Marques Pereira

Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Manuel Fernando Monteiro Pinto

António Carlos Moreira Semedo

Luis de Carvalho Machado

ANEXOS

BALANÇO 2010

ACTIVO	Dez-10			Dez-09	Dez/10-Dez/09	
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo liquido		Variação	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.210.399	0	3.210.399	2.024.039	1.186.360	58,61%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152.402	0	152.402	209.468	-57.066	-27,24%
Activos financeiros disponíveis para venda	358.078	-40.082	317.996	299.128	18.868	6,31%
Aplicações em instituições de crédito	629.204	0	629.204	1.343.450	-714.246	-53,17%
Títulos de Dívida Pública	1.895.836	0	1.895.836	1.791.599	104.237	5,82%
Crédito a clientes	12.427.413	-744.580	11.682.833	10.173.583	1.509.250	14,83%
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	5.865	-5.865	-100,00%
Outros activos tangíveis	775.312	-490.811	284.501	271.067	13.435	4,96%
Activos intangíveis	78.892	-73.215	5.677	4.291	1.386	32,31%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	36.737	0	36.737	34.817	1.920	5,52%
Activos por impostos correntes	5.437	0	5.437	5.406	31	0,58%
Activos por impostos diferidos	29.313	0	29.313	44.292	-14.979	-33,82%
Outros activos	27.825	-3.684	24.141	17.574	6.566	37,36%
Total do Activo	**19.626.848**	**-1.352.372**	**18.274.477**	**16.224.678**	**2.049.898**	**12,63%**
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
Recursos de outras instituições de crédito			322.492	740.755	-418.263	-56,46%
Recursos de clientes e outros empréstimos			15.574.334	13.457.833	2.116.501	15,73%
Responsabilidades representadas por títulos			0	0	0	N/A
Provisões			0	0	0	N/A
Passivos por impostos correntes			321	32.329	-32.008	-99,01%
Passivos por impostos diferidos			4.797	6.395	-1.599	-25,00%
Outros passivos subordinados			513.823	513.941		
Outros passivos			362.549	418.316	-55.767	-13,33%
Total do Passivo			**16.778.315**	**15.169.569**	**1.608.746**	**10,61%**
Capital			1.000.000	600.000	400.000	66,67%
Prémios de emissão			388	388	0	0,12%
Reservas de reavaliação			16.878	6.732	10.146	150,71%
Outras reservas			495.216	400.329	94.887	23,70%
resultados Transitados			0	0	0	N/A
Resultados transitados ajustamentos			-146.396	-146.396	0	0,00%
Resultado do exercício			130.076	193.955	-63.880	-32,94%
Total do Capital próprio			**1.496.162**	**1.055.009**	**441.153**	**41,82%**
Total do Passivo e do Capital Próprio			**18.274.477**	**16.224.578**	**2.049.899**	**12,63%**

Responsável da Contabilidade,

A Administração,

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2010

	Dez-10	Dez-09	Dez/10-Dez/09	
Juros e rendimentos similares	**1.103.092**	**1.031.305**	**6,96%**	**71.787**
Juros e Rendimentos Créditos	**1.064.348**	**957.097**	**11,21%**	**107.251**
Juros Crédito não rep. por valores mobiliários	856.956	774.024	10,71%	82.931
Juros dos Títulos de dívida	100.461	78.824	27,45%	21.638
Juros títulos dos outros residentes	39.204	31.667	23,80%	7.536
Comissões dos Créditos	67.727	72.581	-6,69%	-4.854
Juros das Aplicações	38.744	74.208	-47,79%	-35.463
Juros e encargos similares	**468.164**	**380.446**	**23,06%**	**87.717**
Juros e Depositos	**421.067**	**340.418**	**23,69%**	**80.649**
Juros Depositos Clientes	335.543	292.580	14,68%	42.963
Juros dos T. M. S	85.524	47.838	78,78%	37.686
Juros Obrigações Emitidas	29.860	24.445	22,15%	5.415
Juros Recurso IC's	10.707	15.430	-30,61%	-4.722
Juros Prêmio Obrigações	6.529	153	4159,23%	6.376
MARGEM FINANCEIRA	**634.929**	**650.859**	**-2,45%**	**(15.930)**
Rendimentos de instrumentos de capital	8.900	19.792	-55,03%	-10.892
Rendimentos de serviços e comissões	124.866	110.427	13,08%	14.439
Encargos com serviços e comissões	34.961	30.452	14,80%	4.509
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda				
Resultados de reavaliação cambial	40.877	26.215	55,93%	14.661
Resultados de alienação de outros activos	182	207	-12,44%	-26
Outros resultados de exploração	**40.282**	**31.972**	**25,99%**	**8.310**
Outros Proveitos de Exploração	61.864	55.187	12,10%	6.676
Outros Custos de Exploração	21.581	23.215	-7,04%	(1.634)
MARGEM COMPLEMENTAR	**180.145**	**158.161**	**13,90%**	**21.984**
PRODUTO BANCÁRIO	**815.074**	**809.020**	**0,75%**	**6.054**
Custos com pessoal	190.337	178.079	6,88%	12.258
Gastos gerais administrativos	273.442	282.955	-3,36%	-9.513
Amortizações do exercício	63.424	60.799	4,32%	2.624
CUSTO DE ESTRUTURA	**527.202**	**521.833**	**1,03%**	**5.369**
Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-	-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	**164.862**	**47.166**	**249,54%**	**117.697**
Constituição	1.155.166	726.234	59,06%	428.932
Reposições e anulações	990.304	679.068	45,83%	311.236
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	**12.226**	**(10.075)**	**-221,35%**	**22.301**
Constituição	-	13.262	-100,00%	(13.262)
Reposições e anulações	12.226	3.187	283,63%	9.039
Resultados em empresas associadas	5.068	6.246	-18,86%	(1.178)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**140.304**	**236.192**	**-40,60%**	**(95.888)**
Correntes	321	32.329	-99,01%	(32.008)
Diferidos	9.908	9.908		
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	**130.076**	**193.955**	**-32,94%**	**(63.880)**

Responsável da Contabilidade

A Administração,

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010 acompanhadas do Relatório de Auditoria

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de mCve. 18.274.473 e capitais próprios de mCve. 1.496.160, incluindo um resultado líquido de mCve. 130.076, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 36).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Ênfase

5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 são apresentadas para efeitos comparativos. O Relatório de Auditoria sobre as mesmas, datado de 7 de Maio de 2010, inclui um ênfase sobre o impacto de adopção em 2009 das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 11 de Abril de 2011

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

				Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Lucro do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	600.000	388	579	57.387	175.463	(131.970)	100.880	198.052	899.899
Distribuição do resultado do exercício de 2008:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	21.248	146.232	(14.428)	153.052	(153.052)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
Rendimento integral do exercício	-	-	6.155	-	-	-	-	193.955	200.110
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	600.000	388	6.734	78.635	321.695	(146.398)	253.932	193.955	1.055.009
Aumento de capital	400.000	-	-	-	-	-	-	-	400.000
Despesas incorridas no aumento de capital	-	-	-	-	(2.091)	-	(2.091)	-	(2.091)
Distribuição do resultado do exercício de 2009:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	19.395	77.582	-	96.977	(96.977)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(96.978)	(96.978)
Rendimento integral do exercício	-	-	10.144	-	-	-	-	130.076	140.220
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.000.000	388	16.878	98.030	397.186	(146.398)	348.818	130.076	1.496.160

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2010	2009
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	13.617	8.262
Efeito fiscal	(3.473)	(2.107)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	10.144	6.155
Resultado líquido do exercício	130.076	193.955
Total do rendimento integral do exercício	140.220	200.110

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	1.179.979	1.070.821
Pagamento de juros e comissões	(466.634)	(410.550)
Recuperação de crédito e juros vencidos	81.089	77.527
Resultados cambiais	40.877	26.215
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	45.215	214.922
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(457.822)	(437.813)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(32.361)	(52.063)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	390.343	489.059
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Activos financeiros disponíveis para venda	(5.250)	(16.347)
Aplicações em instituições de crédito	713.955	951.324
Créditos sobre clientes	(1.710.091)	(1.666.809)
Títulos de dívida pública	(101.090)	(554.020)
Outros activos	16.945	(3.539)
	(1.085.531)	(1.289.391)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(415.901)	228.336
Recuros de clientes	2.077.660	619.150
Outros passivos subordinados	(118)	(45)
Outros passivos	(71.895)	106.990
	1.589.746	954.431
Caixa líquida das actividades operacionais	504.215	(334.960)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Activos intangíveis	(5.056)	(2.853)
Outros activos tangíveis	(73.187)	(95.887)
Dividendos recebidos	12.048	19.792
Caixa líquida das actividades de investimento	(66.195)	(78.948)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumento de capital	400.000	-
Despesas incorridas no aumento de capital	(2.091)	-
Dividendos distribuídos	(96.978)	(45.000)
Caixa líquida das actividades de financiamento	300.931	(45.000)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	1.129.294	30.151
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.233.507	2.203.356
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.362.801	2.233.507

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2011, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

Até 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), aprovado pelo Aviso nº 6/94, de 19 de Julho, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 39/2003, de 20 de Outubro e Aviso nº 4/2004, de 27 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde.

De acordo com o definido na Norma IFRS 1 - "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro" (IFRS 1), as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e do exercício então findo, foram re-expressas com base nas Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2009. Na Nota 35 é apresentado o impacto da adopção das NIRF em 1 de Janeiro de 2009.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2010	2009
1 USD	82,908	76,79

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares". Até 31 de Dezembro de 2009, as recuperações de juros eram reflectidas em "Outros proveitos de exploração". Na sequência da alteração efectuada, o saldo do exercício de 2009 no montante de mCve. 68.621 foi reclassificado de modo a assegurar a comparabilidade com o exercício de 2010.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações". Até 31 de Dezembro de 2009, as recuperações de crédito abatido ao activo eram reflectidas em "Juros e rendimentos similares". Na sequência da alteração efectuada, o saldo do exercício de 2009 no montante de mCve. 8.906 foi reclassificado de modo a assegurar a comparabilidade com o exercício de 2010.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;

- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) o Banco recorre a avaliações de entidades externas, as quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo entre outros factores as expectativas de evolução da actividade futura da empresa, as taxas de juro e o prémio de risco de mercado e a volatilidade.

ii) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 50.000 ou que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em "Activos não correntes detidos para venda".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

f) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	12
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	5 - 4
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%. Em Janeiro de 2009, a taxa do IUR foi alterada de 30% para 25% com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2008.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para férias e subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

p) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de Dezembro de 2010.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETRAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IFRS 3 - "Concentrações de actividades empresariais" / IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (Revisão)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 - Investimentos em associadas (Revisão)	1-Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda são alargados à IAS 28.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes.
EMENDAS:		
IAS 39 – Emenda (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis)	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.
IFRS 2 - Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com pagamentos com base em acções liquidados financeiramente no seio de grupos empresariais.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.
IFRS 1 – Emendas (Isenções adicionais)	1-Jan-10	Esta emenda vem contemplar um conjunto adicional de isenções na aplicação retrospectiva, nomeadamente ao nível de activos resultantes da exploração de recursos minerais, de responsabilidades de descomissionamento e da aplicação dos requisitos da IFRIC 4.

A aplicação destas normas não teve efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IAS 24 - "Entidades relacionadas" (Alterada)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" (Alterada)	1-Jan-13	Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar: a) Os instrumentos de dívida não detidos para negociação que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser registados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser registados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício; b) Os instrumentos de capital deverão ser registados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para registo ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas; c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento; d) Em 28 de Outubro de 2010, o IASB introduziu alterações na norma IFRS 9, incorporando novos requisitos de contabilização para passivos financeiros e transpondo para a IFRS 9 os requisitos da IAS 39 de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos financeiros. A Classificação e Mensuração de passivos financeiros mantém-se (genericamente) face ao disposto na IAS 39, com a excepção do efeito do risco de crédito próprio.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.
EMENDAS:		
IFRIC 14 e IAS 19 – Emenda (O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.
IFRS 7 – Emenda (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda pretende uma maior qualidade nas divulgações sobre activos financeiros que tenham sido transferidos mas que continuam a ser, ainda que parcialmente, registados nas contas porque não cumprem com os requisitos para o dereconhecimento; e activos financeiros que foram desreconhecidos porque cumprem com os requisitos, mas em que a entidade continua a ter algum envolvimento. Com esta emenda pretende-se ainda clarificar as situações em que uma entidade efectua operações de transferência de activos de montantes muito significativos próximo do final dos períodos de reporte, de modo a atingir um determinado objectivo ao nível das demonstrações financeiras (window dressing).
IAS 12 – Emenda (Impostos diferidos: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12	O objetivo das alterações é permitir uma excepção ao princípio de que a medição dos passivos e activos por impostos diferidos deve reflectir a forma pela qual a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contabilistico dos seus ativos e passivos. A emenda proposta permite que, em determinadas circunstâncias, a mensuração de passivos e activos por impostos diferidos reflectindo uma presunção de que o valor contabilistico do activo subjacente será recuperado totalmente pela venda.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa		
. Moeda nacional	236.779	181.838
. Moeda estrangeira	154.125	119.674
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	2.819.495	1.722.527
	3.210.399	2.024.039

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% (14% até 18 de Fevereiro de 2009) da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2010 e 2009, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem:		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3.612	50.279
. Em outras instituições no estrangeiro	72.821	35.672
. Em instituições no país	582	110
	77.015	86.061
Cheques a cobrar:		
. Sobre estrangeiro	42.171	34.087
. Sobre o país	33.216	89.320
	75.387	123.407
	152.402	209.468

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Instrumentos de capital:		
Valorizados ao justo valor	325.707	312.090
Valorizados ao custo histórico	32.371	27.121
	358.078	339.211
Imparidade:		
Instrumentos de capital (Nota 18)	(40.082)	(40.082)
	317.996	299.129

	2010				
Título	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	222.000	4,99%	232.213	20.224	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	51.323	471	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	3.969	2.646	-
	302.366		287.505	23.341	(38.202)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.133	0,65%	10.133	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	32.371		30.491	-	(1.880)
	334.737		317.996	23.341	(40.082)

n.d. - não disponível

	2009				
Título	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	222.000	4,99%	218.018	6.029	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	51.287	435	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	4.583	3.260	-
	302.366		273.888	9.724	(38.202)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.133	0,65%	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	27.121		25.241	-	(1.880)
	329.487		299.129	9.724	(40.082)

n.d. - não disponível

Banco Comercial do Atlântico, S.A. e Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de mercado das acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.517 e mCve. 1.808, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Os principais movimentos relativos a instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2010 e 2009 foram os seguintes:

Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 5.250 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 17,5% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção.

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

No exercício de 2009, o Banco adquiriu 16.347 acções no âmbito do aumento de capital do Banco Comercial do Atlântico, S.A., com um custo de aquisição de mCve. 16.347.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	200.000	100.000
- Títulos de regularização monetária	400.000	700.000
- Aplicações a muito curto prazo	-	500.000
	600.000	1.300.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Na Caixa Geral de Depósitos:		
- Depósitos	21.614	39.496
. Outras instituições de crédito	8.358	4.431
	29.972	43.927
Juros a receber	116	725
Proveitos diferidos	(884)	(1.202)
	629.204	1.343.450

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Obrigações do Tesouro		
Valor Nominal	1.845.940	1.670.940
Bilhetes do Tesouro		
Valor Nominal	26.090	100.000
Juros a receber	23.806	20.659
	1.895.836	1.791.599

O valor nominal das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro cedidos com acordo de recompra, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a mCve. 1.210.356 e mCve. 1.673.334, respectivamente (Nota 16).

8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	93.828	60.945
. Empréstimos	52.538	160.937
. Descobertos em depósitos à ordem	211.154	221.354
. Outros créditos	94.977	76.394
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	7.378.297	6.263.792
. Créditos em conta corrente	2.369.663	1.997.068
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	10.247	30.000
. Descobertos em depósitos à ordem	5.916	2.403
. Habitação	40.901	40.000
. Outros créditos	27.984	1.133
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	426.707	319.232
. Créditos em conta corrente	115.375	188.166
Crédito ao Pessoal	235.757	223.813
Outros créditos e valores a receber - titulados	728.415	677.056
	11.791.759	10.262.293
Juros a receber	46.888	47.074
Comissões e outros proveitos diferidos	(120.489)	(104.180)
Custos diferidos	282	293
Créditos e juros vencidos	708.973	553.818
	12.427.413	10.759.298
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	(744.580)	(585.715)
	11.682.833	10.173.583

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica "Outros créditos e valores a receber – titulados" reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2010	2009	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	130.424	130.618	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	156.936	157.051	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199	14-06-2027
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	180.000	180.000	10-08-2012
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	150.000	150.000	06-08-2012
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	30.000	-	05-01-2014
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	19.996	31-07-2015
Câmara Municipal do Sal	15.000	-	23-06-2025
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	6.668	-	20-12-2017
Tecnicil Indústria, S.A.	6.193	6.193	23-04-2014
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	999	999	18-02-2014
	728.415	677.056	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2010								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	16.828	-	16.828	16.828	-	16.828
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	-	20.913	-	20.913	20.913	-	20.913
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	260.195	10.154	270.349	260.195	10.154	270.349
Indústria têxtil	-	-	-	2.498	883	3.381	2.498	883	3.381
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	198	1.823	2.021	198	1.823	2.021
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	2.943	905	3.848	2.943	905	3.848
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	524.870	2.751	527.621	524.870	2.751	527.621
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	21.031	1.685	22.716	21.031	1.685	22.716
Construção	-	-	-	1.519.780	55.696	1.575.476	1.519.780	55.696	1.575.476
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	656.391	48.267	704.658	656.391	48.267	704.658
Transportes, armazenagem e comunicações	32.893	-	32.893	830.474	6.857	837.331	863.367	6.857	870.224
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	550.881	45.745	596.626	550.881	45.745	596.626
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	166.838	2.565	169.403	166.838	2.565	169.403
Actividades financeiras	-	-	-	32.392	2.104	34.496	32.392	2.104	34.496
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.005.618	54.510	1.060.128	1.005.618	54.510	1.060.128
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	-	2.252	2.252	-	2.252	2.252
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	128.802	170	128.972	128.802	170	128.972
Saúde e segurança social	-	-	-	34.868	-	34.868	34.868	-	34.868
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	356.293	-	356.293	1.516.593	176.143	1.692.736	1.872.886	176.143	2.049.029
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	16.606	-	16.606	16.606	-	16.606
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	389.186	-	389.186	7.308.719	412.510	7.721.229	7.697.905	412.510	8.110.415
Particulares									
Habitação	-	-	-	1.939.348	168.777	2.108.125	1.939.348	168.777	2.108.125
Outros fins	-	-	-	1.426.091	127.686	1.553.777	1.426.091	127.686	1.553.777
	-	-	-	3.365.439	296.463	3.661.902	3.365.439	296.463	3.661.902
	389.186	-	389.186	10.674.158	708.973	11.383.131	11.063.344	708.973	11.772.317

	31.12.2009								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	9.323	690	10.013	9.323	690	10.013
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	-	-	-	742.696	14.307	757.003	742.696	14.307	757.003
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	277.438	8.465	285.903	277.438	8.465	285.903
Indústria têxtil	-	-	-	8.696	799	9.495	8.696	799	9.495
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	9.524	-	9.524	9.524	-	9.524
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	108.231	3.600	111.831	108.231	3.600	111.831
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	6.331	-	6.331	6.331	-	6.331
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	332.476	1.443	333.919	332.476	1.443	333.919
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	1.799	596	2.395	1.799	596	2.395
Construção	268.299	-	268.299	1.067.637	41.252	1.108.889	1.335.936	41.252	1.377.188
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	600.821	15.714	616.535	600.821	15.714	616.535
Transportes, armazenagem e comunicações	141.778	-	141.778	682.885	26.549	709.434	824.663	26.549	851.212
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	660.324	20.485	680.809	660.324	20.485	680.809
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	214.547	2.845	217.392	214.547	2.845	217.392
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	809.439	35.970	845.409	809.439	35.970	845.409
Actividades imobiliárias	-	-	-	781.475	33.157	814.632	781.475	33.157	814.632
Outras actividades	-	-	-	27.964	2.813	30.777	27.964	2.813	30.777
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	2.499	-	2.499	2.499	-	2.499
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	136.516	-	136.516	136.516	-	136.516
Saúde e segurança social	-	-	-	47.688	-	47.688	47.688	-	47.688
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	70.000	-	70.000	1.903.199	236.093	2.139.292	1.973.199	236.093	2.209.292
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	10.046	-	10.046	10.046	-	10.046
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	480.077	-	480.077	6.889.419	394.501	7.283.920	7.369.496	394.501	7.763.997
Particulares									
Habitação	-	-	-	1.361.196	152.065	1.513.261	1.361.196	152.065	1.513.262
Outros fins	-	-	-	854.544	7.252	861.796	854.544	7.252	861.796
	-	-	-	2.215.740	159.317	2.375.057	2.215.740	159.317	2.375.058
	480.077	-	480.077	9.105.159	553.818	9.658.977	9.585.236	553.818	10.139.055

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica era integralmente composta por um imóvel recebido por recuperação de créditos vencidos, cujo valor ascendia a mCve. 5.865.

No exercício de 2010, o Banco procedeu à reclassificação deste imóvel para a rubrica "Imóveis de serviço Próprio", cujo valor de terreno e edifício ascende a mCve. 228 e mCve. 5.637, respectivamente (Nota 10).

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010							
	Saldos em 31-12-2009							
Descrição	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Abates liquidos	Amortizações do exercicio	Outros	Valor líquido em 31-12-2010
Imóveis de serviço próprio								
. Terrenos	2.056	-	36.449	-	-	-	228	38.733
. Edifícios	71.000	(42.946)	-	-	-	(1.249)	5.637	32.442
Obras em imóveis arrendados	233.572	(150.681)	2.705	37.213	(512)	(14.685)	-	107.612
	306.628	(193.627)	39.154	37.213	(512)	(15.934)	5.865	178.787
Equipamento								
. Mobiliário e material	41.291	(20.210)	1.992	-	-	(2.734)	-	20.339
. Máquinas e ferramentas	19.080	(12.534)	2.169	-	-	(1.943)	-	6.772
. Equipamento informático	203.900	(153.080)	8.426	-	-	(25.618)	-	33.628
. Instalações interiores	12.044	(7.745)	531	-	-	(1.027)	-	3.803
. Material de transporte	49.219	(21.005)	4.448	-	-	(8.990)	-	23.672
. Equipamento de segurança	9.172	(7.317)	2.314	-	-	(687)	-	3.482
. Outro equipamento	23.532	(14.744)	4.232	-	(257)	(2.805)	-	9.958
Outros activos tangíveis	157	(55)	-	-	-	(16)	-	86
	358.395	(236.690)	24.112	-	(257)	(43.820)	-	101.740
Activos tangíveis em curso								
. Despesas em edifícios arrendados	35.624	-	3.994	(37.213)	(1.714)	-	-	691
. Equipamento	3.748	(3.011)	2.546	-	-	-	-	3.283
	39.372	(3.011)	6.540	(37.213)	(1.714)	-	-	3.974
	704.395	(433.328)	69.806	-	(2.483)	(59.754)	5.865	284.501

	2009							
	Saldos em 31-12-2008							
Descrição	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições	Transfe-rências	Abates líquidos	Amortizações do exercício	Reversões de imparidade no exercício (Nota 18)	Valor líquido em 31-12-2009
Imóveis de serviço próprio								
. Terrenos	2.056	-						2.056
. Edifícios	72.973	(46.850)	175	-	-	(1.064)	2.919	28.153
Obras em imóveis arrendados	198.759	(137.923)	-	34.714	-	(12.758)	-	82.792
	273.788	(184.773)	175	34.714	-	(13.822)	2.919	113.001
Equipamento								
. Mobiliário e material	33.888	(17.202)	7.410	-	-	(3.016)	-	21.080
. Máquinas e ferramentas	17.067	(10.852)	2.013	-	-	(1.682)	-	6.546
. Equipamento informático	190.862	(126.537)	13.062	-	-	(26.565)	-	50.822
. Instalações interiores	11.413	(6.801)	631	-	-	(944)	-	4.299
. Material de transporte	49.519	(12.379)	2.700	-	(2.497)	(9.130)	-	28.213
. Equipamento de segurança	7.663	(6.924)	1.509	-	-	(393)	-	1.855
. Outro equipamento	19.209	(12.663)	4.323	-	-	(2.081)	-	8.788
Outros activos tangíveis	157	(39)	-	-	-	(16)	-	102
	329.778	(193.397)	31.648	-	(2.497)	(43.827)	-	121.705
Activos tangíveis em curso								
. Despesas em edifícios arrendados	4.515	-	65.823	(34.714)	-	-	-	35.624
. Equipamento	3.011	(3.011)	737	-	-	-	-	737
	7.526	(3.011)	66.560	(34.714)	-	-	-	36.361
	611.092	(381.181)	98.383	-	(2.497)	(57.649)	2.919	271.067

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Imobilizado em curso" inclui mCve. 3.011 referentes à aquisição de um equipamento tipo "Quiosque" ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade pelo referido montante (Nota 18).

No âmbito da transição para as NIRF, o Banco apurou um ajustamento negativo em capital próprio de mCve. 17.724 relativo a imparidade do imóvel de serviço próprio, determinado com base em avaliação externa independente (Nota 18). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a imparidade registada para o imóvel ascende a mCve. 13.743 (Nota 18).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Activos intangíveis" nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2008				Saldos em 31-12-2009				Saldos em 31-12-2010	
Descrição	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercicio	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercicio	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Software	70.982	(66.395)	2.853	(3.150)	73.835	(69.545)	5.057	(3.670)	78.892	(73.215)

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

			2010					2009				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro / (Prejuízo)	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	36.737	619.157	251.797	385.028	62.390	34.816	610.455	262.295	333.180	60.450

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço desta participação nos exercícios de 2010 e 2009 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras pode ser demonstrado da seguinte forma:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	28.571
Resultados em Associadas	6.245
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	34.816
Resultados em Associadas	5.068
Dividendos recebidos	(3.147)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	36.737

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	2010	2009
Activos por impostos correntes		
. Pagamentos por conta	5.437	5.406
Passivos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a pagar	(321)	(32.330)
	5.116	(26.924)
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	29.313	44.292
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(4.797)	(6.395)
	24.516	37.897

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2009	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2010
Ajustamentos de conversão para as NIRF	40.887	-	(9.908)	30.979
Movimentos efectuados por reservas				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(2.990)	(3.473)	-	(6.463)
	37.897	(3.473)	(9.908)	24.516

	2009			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2008	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2009
Ajustamentos de conversão para as NIRF	50.794	-	(9.907)	40.887
Movimentos efectuados por reservas				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(883)	(2.107)	-	(2.990)
	49.911	(2.107)	(9.907)	37.897

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como se segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		140.305		236.192
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	35.778	25,5%	60.229
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(15,54%)	(21.809)	(5,16%)	(12.199)
. Dividendos	(1,62%)	(2.270)	(2,14%)	(5.047)
. Outros	(1,05%)	(1.470)	(0,32%)	(746)
Imposto sobre lucros do exercício	7,3%	10.229	17,9%	42.237

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes rendimentos ascendem a mCve. 85.524 e mCve. 47.838, respectivamente.

Em Setembro de 2010, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.601, referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Em 30 de Setembro de 2010, o Banco procedeu à respectiva liquidação, tendo de seguida contestado a liquidação do montante de mCve. 853, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

Em Setembro de 2009, o Banco foi notificado pela DGCI, de uma liquidação adicional no montante de mCve. 7.110 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2004. Em Outubro de 2009, o Banco liquidou o montante adicional de mCve. 4.798, tendo de seguida contestado a liquidação remanescente. Em Dezembro de 2009, a Direcção Geral de Contribuições e Impostos aceitou a reclamação apresentada pelo Banco.

Adicionalmente, em Setembro de 2009, a Direcção Geral de Contribuições e Impostos fixou a matéria colectável do exercício de 2008 em mais mCve. 3.327 face ao valor apurado pelo Banco. O Banco procedeu à liquidação adicional do imposto no montante de mCve. 848.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010.

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Devedores e outras aplicações		
. Valores a receber do Grupo	7.659	2.975
. Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	5.690	4.148
. Outros	1.976	2.366
Outros activos		
. Património artístico	606	606
Rendimentos a receber		
. Outros	4.320	2.647
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	3.618	4.035
Outras contas de regularização		
. Cheques devolvidos	-	12.224
. Cheques em trânsito	2.310	2.607
. Outros	1.644	1.876
	27.823	33.484
Imparidade de outros activos (Nota 18)	(3.684)	(15.910)
	24.139	17.574

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
. Descobertos em depósitos à ordem:		
Caixa Geral de Depósitos	32.425	303.304
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	1	461
Banco Africano de Investimento, S.A.	-	10
	32.426	303.775
. Empréstimos		
Banque Européenne d'Investissement (BEI) - Euros	105.104	207.134
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	109.091	120.000
Caixa Geral de Depósitos - Euros	72.808	104.421
	287.003	431.555
Juros a pagar	3.063	5.425
	322.492	740.755

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Recursos em instituições de crédito no estrangeiro” corresponde a descobertos contabilísticos nas contas de depósitos à ordem os quais são reclassificados para o passivo para efeitos de prestação de contas.

Durante o exercício de 2004, o Banco contraiu uma linha de crédito junto do BEI no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos a partir de 30 de Abril de 2007. Este empréstimo vence juros à taxa anual de 3%.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco tinha esta linha utilizada em 1.088.297 Euros (mCve. 120.000). Durante o exercício de 2010, o Banco procedeu ao reembolso de capital de 49.468 Euros (mCve. 10.909).

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 72.808 e mCve. 104.421, respectivamente.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos de poupança:		
. Poupança jovem	156.095	176.460
Depósitos à ordem		
. De residentes	4.867.817	4.151.019
. De não residentes	804.905	718.153
. De emigrantes	424.234	386.366
Depósitos a prazo		
. De residentes	5.482.905	4.205.919
. De emigrantes	1.873.262	1.493.257
. De não residentes	596.835	513.632
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
. Obrigações do Tesouro	1.210.356	1.633.334
. Bilhetes do Tesouro	-	40.000
Outros débitos		
. Cheques e ordens a pagar	4.837	25.446
	15.421.246	13.343.586
Juros a pagar	153.088	114.247
	15.574.334	13.457.833

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de Julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de Julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusivé):
  - taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
  - taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de Julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de Julho de 2013 a 8 de Julho de 2018;
- Alteração do prazo para 10 anos a partir de Julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os juros a pagar ascendiam a mCve. 14.194 e mCve. 14.333, respectivamente.

18. IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010				
	Saldos em 31-12-2009	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31-12-2010	Recuperações de imparidade
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	585.715	184.336	(25.471)	744.580	(19.472)
Imparidade de activos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082	-
	625.797	184.336	(25.471)	784.662	(19.472)
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	16.754	-	-	16.754	-
Imparidade de outros activos (Nota 14)	15.910	(12.226)	-	3.684	-
	32.664	(12.226)	-	20.438	-
	658.461	172.110	(25.471)	805.100	(19.472)

	2009				
	Saldos em 31-12-2008	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31-12-2009	Recuperações de imparidade
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	561.878	56.072	(32.235)	585.715	(8.906)
Imparidade de activos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082	-
	625.797	56.072	(32.235)	625.797	(8.906)
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	19.673	(2.919)	-	16.754	-
Imparidade de outros activos (Nota 14)	4.260	12.994	(1.344)	15.910	-
	23.933	10.075	(1.344)	32.664	-
	649.730	66.147	(33.579)	658.461	(8.906)

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	136.730	235.077
Recursos diversos		
. Conta caução	75.787	66.368
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	12.522	14.855
. Previdência social	2.359	4.007
. Imposto sobre o valor acrescentado	457	486
Cobrança por conta de terceiros	438	348
Outros	203	272
	228.496	321.413
Encargos a pagar		
Custos administrativos	33.957	30.084
Prémios de produtividade	17.000	15.331
Outros	1.822	3.529
	52.779	48.944
Receitas com rendimento diferido		
De créditos documentários	16.945	9.519
Anuidades de cartões	9.349	5.117
De operações extrapatrimoniais	4.630	3.995
Outros	338	338
	31.262	18.969
Outras contas de regularização	50.010	28.989
	362.547	418.315

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2011 e 2010, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui montantes a pagar relacionados com operações efectuadas nas ATM’s geridas pela SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, S.A.R.L. nos montantes de mCve. 24.891 e mCve. 21.544, respectivamente.

20. CAPITAL

Na Assembleia Geral de 25 de Janeiro de 2010, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 400.000, através da emissão de 40.000 acções com um valor nominal de dez mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 2.091, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram reflectidas directamente em Capitais Próprios.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2010		2009	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70.000	70,00%	42.000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11.110	11,11%	6.145	10,24%
Sita, S.A.R.L.	5.447	5,45%	3.013	5,02%
Edmundo R. Barbosa & Filhos, Lda.	2.782	2,78%	2.782	4,64%
Adega, S.A.R.L.	3.797	3,80%	2.100	3,50%
Agripec, S.A.R.L.	1.545	1,55%	927	1,55%
Outros	5.319	5,31%	3.033	5,05%
	100.000	100,00%	60.000	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCICIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2010	2009
Prémios de emissão	388	388
Reservas de reavaliação		
. De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	23.341	9.724
. De impostos diferidos (Nota 13)	(6.463)	(2.990)
	16.878	6.734
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	98.030	78.635
. Outras reservas	397.186	321.695
. Resultados transitados	(146.398)	(146.398)
	348.818	253.932
Lucro do exercício	130.076	193.955
	496.160	455.009

Reservas de reavaliação

Reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	728.982	649.952
. Crédito ao exterior	49.487	38.972
. Crédito vencido	71.739	78.633
. Crédito ao pessoal	6.748	6.467
. Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	99.424	75.256
. Bilhetes do Tesouro	1.037	3.568
De outros residentes	39.204	31.667
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No estrangeiro	520	2.764
. No país	38.005	70.070
Juros de disponibilidades	219	1.374
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	67.727	72.582
	1.103.092	1.031.305

Nos exercícios de 2010 e 2009, os juros de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 85.524 e mCve. 47.838, respectivamente.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o saldo da rubrica "Juros de crédito a clientes – crédito vencido" inclui mCve. 61.615 e mCve. 68.621, respectivamente, relativos ao recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	6.038	6.716
. Depósitos à ordem		
De residentes	22.608	18.719
. Depósitos a prazo		
De residentes	200.782	186.252
De emigrantes	82.392	72.384
De não residentes	23.724	8.508
Juros de passivos subordinados	29.860	24.445
Juros de empréstimos		
. Do Banco de Cabo Verde	-	8
. De residentes	-	7
. De não residentes	10.707	15.415
Juros de credores e outros recursos		
. Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	85.506	47.330
Bilhetes do Tesouro	18	508
Outros juros e encargos similares	6.444	199
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	85	(45)
	468.164	380.446

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5.947	17.040
. Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.979	1.726
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	1.006
. VISA International Service Association	-	20
	8.900	19.792

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações sobre instrumentos financeiros	40.727	42.276
Por serviços prestados		
. Comissões de anuidades de cartões	32.888	22.534
. Comissões na emissão de cheques	11.921	12.629
	44.809	35.163
Por garantias prestadas		
. Créditos documentários	20.609	16.934
. Garantias e avales	16.073	12.875
	36.682	29.809
Outras comissões	2.648	3.179
	124.866	110.427
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas		
. Garantias e avales	1.338	1.610
. Créditos documentários abertos	58	-
	1.396	1.610
Por compromissos assumidos por terceiros		
. Linhas de crédito irrevogáveis	276	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	14.488	12.551
. Outras comissões	18.801	16.291
	33.289	28.842
	34.961	30.452

26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010			2009		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	27.214	(15.442)	11.772	19.242	(9.564)	9.678
Resultados em notas e moedas	50.368	(21.263)	29.105	26.836	(10.299)	16.537
	77.582	(36.705)	40.877	46.078	(19.863)	26.215

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 182 e mCve. 207, respectivamente.

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	37.981	36.717
. Cartões de crédito	20.207	17.042
. Outros	2.874	346
Ganhos na alienação de imóveis recebidos em dação	-	694
Reembolso de despesas	199	258
Outros	603	131
	61.864	55.188
Outros custos de exploração		
Outros impostos	4.020	3.732
Donativos e quotizações	5.219	4.247
Outros	12.343	15.237
	21.582	23.216
	40.282	31.972

29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	24.677	24.677
Remunerações dos empregados	124.591	110.661
Encargos sociais e obrigatórios	19.211	16.795
Prémios de produtividade	20.053	18.973
Outros	1.805	6.973
	190.337	178.079

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2010	2009
Direcção	5	5
Coordenadores de Agências	8	7
Responsáveis / Gerentes	17	12
Administrativos	63	70
Auxiliares	6	5
	99	99

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os números apresentados acima incluem 42 colaboradores, com contrato de trabalho a termo certo.

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Serviços especializados		
. Serviços de informática	32.854	32.537
. Serviços especializados - SISP	32.440	35.807
. Segurança e vigilância	17.239	13.623
. Honorários	15.528	21.713
. Serviços de limpeza	7.182	5.688
. Serviços de auditoria	4.280	5.565
. Serviços de manutenção	3.081	1.965
. Outros serviços especializados	12.765	16.700
Publicidade e edição de publicações	37.026	42.624
Rendas e alugueres	27.807	27.575
Água, energia e combustíveis	20.733	15.176
Comunicações e despesas de expedição	18.681	23.114
Impressos e material de consumo corrente	10.900	12.305
Formação de pessoal	10.145	5.020
Deslocações, estadas e representação	7.139	8.649
Seguros	6.268	6.072
Conservação e reparação	4.579	3.581
Transportes	3.429	3.694
Outros	1.364	1.546
	273.440	282.954

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009
Passivos eventuais		
. Garantias e avales prestados	1.479.538	1.051.794
. Créditos documentários abertos	2.478.017	937.982
	3.957.555	1.989.776
Depósito e guarda de valores	1.813.562	748.358
	5.771.117	2.738.134

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "Repo" e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;

- Banca comercial – Inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.

- Banca de retalho - Compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2010			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	139.206	678.063	285.823	1.103.092
Juros e encargos similares	(10.707)	(281.078)	(176.379)	(468.164)
MARGEM FINANCEIRA	128.499	396.985	109.444	634.928
Rendimentos de instrumentos de capital	-	8.900	-	8.900
Rendimentos com serviços e comissões	1.699	96.416	26.751	124.866
Encargos com serviços e comissões	(1.338)	(18.887)	(14.736)	(34.961)
Resultados de reavaliação cambial	-	22.794	18.083	40.877
Resultados de alienação de outros activos	-	-	182	182
Outros resultados de exploração	-	22.562	17.720	40.282
PRODUTO BANCÁRIO	128.860	528.770	157.444	815.074
Outros custos e proveitos				(684.998)
Resultado líquido do exercício				**130.076**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	3.210.399	-	-	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152.402	-	-	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	317.996	-	-	317.996
Aplicações em instituições de crédito	629.204	-	-	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	-	-	1.895.836
Crédito a clientes	-	8.295.162	3.387.671	11.682.833
Recursos de outras instituições de crédito	322.492	-	-	322.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	9.115.265	6.459.069	15.574.334
Outros passivos subordinados	513.823	-	-	513.823

	2009			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	74.208	565.615	391.482	1.031.305
Juros e encargos similares	(15.430)	(216.160)	(148.856)	(380.446)
MARGEM FINANCEIRA	58.778	349.455	242.626	650.859
Rendimentos de instrumentos de capital	19.792	-	-	19.792
Rendimentos com serviços e comissões	-	65.378	45.049	110.427
Encargos com serviços e comissões	-	(18.029)	(12.423)	(30.452)
Resultados de reavaliação cambial	-	15.521	10.694	26.215
Resultados de alienação de outros activos	-	-	207	207
Outros resultados de exploração	-	16.026	15.946	31.972
PRODUTO BANCÁRIO	78.570	428.351	302.099	809.020
Outros custos e proveitos	-	-	-	(615.065)
Resultado líquido do exercício				**193.955**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	2.024.039	-	-	2.024.039
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.468	-	-	209.468
Activos financeiros disponíveis para venda	299.129	-	-	299.129
Aplicações em instituições de crédito	1.343.450	-	-	1.343.450
Títulos de dívida pública	1.791.599	-	-	1.791.599
Crédito a clientes	-	7.355.640	2.817.943	10.173.583
Recursos de outras instituições de crédito	740.755	-	-	740.755
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	5.490.196	7.967.637	13.457.833
Outros passivos subordinados	513.941	-	-	513.941

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

	2010					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	CGD	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing	Associadas
Activos:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	21.614	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	228.028	15.307	79.478	5.250	-
Crédito a clientes	-	6.668	-	-	-	11.500
Imparidade	-	10.011	1.880	28.191	-	733
Outros activos	1.859	12.621	12	1.132	-	37.873
Passivos:						
Recursos de outras instituições de crédito	289.163	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	47.289	47.471	-	13.537
Extrapatrimoniais:						
Garantias recebidas	-	-	-	-	-	-
Proveitos:						
Juros e rendimentos similares	721	12	-	-	-	1.578
Rendimentos de serviços e comissões	-	5.947	-	1.987	-	24.723
Custos:						
Juros e encargos similares	2.743	-	2.743	3.441	-	-
Outros custos de exploração	-	8.085	1.380	-	-	32.440

	2009				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	CGD	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	Associadas
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53.432	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	39.496	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	
Activos financeiros disponíveis para venda	-	222.000	15.307	79.043	37.464
Crédito a clientes	-	-	-		11.500
Imparidade	-	10.011	1.880	28.191	-
Outros activos	2.003	250	-	555	2.647
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	407.725	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	46.069	80.243	21.473
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	-	-	-	-	41.349
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	4.116	-	-	1.726	35.807
Rendimentos de serviços e comissões	725	17.040	-	-	2
Custos:					
Juros e encargos similares	4.056	-	2.181	1.097	-
Outros custos de exploração	444	-	1.314	2.547	-

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2010, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 27.556 (mCve. 27.756 no exercício de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 1.219 e mCve. 16.111, respectivamente.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro),resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos matching, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2010									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.210.399	-	-	-	-	-	-	-	-	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	152.402	-	-	-	-	-	-	-	152.402
Aplicações em instituições de crédito	601.912	3.566	8.038	7.330	-	-	-	-	8.358	629.204
Títulos de dívida pública	-	28.688	150.000	-	827.610	418.330	450.000	-	21.208	1.895.836
Crédito a clientes (saldos brutos)	438.740	2.009.506	36.253	1.236.038	1.580.120	949.624	1.818.161	3.722.917	636.054	12.427.413
	4.251.051	2.194.162	194.291	1.243.368	2.407.730	1.367.954	2.268.161	3.722.917	665.620	18.315.254
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(32.426)	-	(105.104)	(72.808)	-	-	-	(109.090)	(3.064)	(322.492)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7.195.437)	(1.944.583)	(2.440.777)	(1.903.998)	(1.525.577)	(33.222)	-	-	(530.740)	(15.574.334)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(13.823)	(513.823)
	(7.227.863)	(1.944.583)	(2.545.881)	(1.976.806)	(1.525.577)	(33.222)	(500.000)	(109.090)	(547.627)	(16.410.649)
Diferencial	(2.976.812)	249.579	(2.351.590)	(733.438)	882.153	1.334.732	1.768.161	3.613.827	117.993	1.904.605

	2009									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.024.039	-	-	-	-	-	-	-	-	2.024.039
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.468	-	-	-	-	-	-	-	-	209.468
Aplicações em instituições de crédito	1.314.239	3.342	25.272	1.075					(478)	1.343.450
Títulos de dívida pública	100.000	-	-	-	410.000	542.610	718.330	-	20.659	1.791.599
Crédito a clientes (saldos brutos)	893.089	1.342.681	1.157.553	775.353	655.735	2.056.712	1.526.283	1.854.888	497.005	10.759.298
	4.540.835	1.346.023	1.182.825	776.428	1.065.735	2.599.322	2.244.613	1.854.888	517.186	16.127.854
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(303.775)	-	-	(104.421)	(207.134)	-	-	(120.000)	(5.425)	(740.755)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(8.227.527)	(1.370.353)	(1.128.160)	(1.508.732)	(1.070.804)	(32.200)	(5.700)	-	(114.357)	(13.457.833)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(13.941)	(513.941)
	(8.531.302)	(1.370.353)	(1.128.160)	(1.613.153)	(1.277.938)	(32.200)	(505.700)	(120.000)	(133.723)	(14.712.529)
Diferencial	(3.990.467)	(24.330)	54.665	(836.725)	(212.203)	2.567.122	1.738.913	1.734.888	383.463	1.415.325

Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspectos que o Banco tem implementado:

- a base para coberturas activas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como “referência” dos activos ou passivos;

- os contratos de crédito prevêem possibilidade de alteração de taxas de juros sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;

- realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco taxas de juros de operações activas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.

- aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objectivos referidas na linha anterior.

Risco de crédito

Para monitorar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efectuar a avaliação do risco de crédito, e reporta directamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objectivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e actualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:
- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- analise e aprovação de novos Produtos, seu preçário e procedimentos.

Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em acções e títulos de rendimento fixo.

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Títulos de dívida pública	1.895.836	1.791.599
Aplicações em instituições de crédito	629.204	1.343.450
Crédito a clientes	11.682.833	10.173.583
	12.312.037	11.517.033
Garantias e avales	1.479.538	1.051.794
Créditos documentários abertos	2.478.017	937.982
	3.957.555	1.989.776
Exposição máxima	18.165.428	15.298.408

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2010			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	7.097.993	18.913	560.630	7.677.536
Vencido	5.959	5.291	172.470	183.720
	7.103.952	24.204	733.100	7.861.256
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.486.929	-	36	1.486.965
	1.486.929	-	36	1.486.965
Crédito à habitação				
Vincendo	2.130.737	30.281	131.530	2.292.548
Vencido	-	491	9.510	10.001
	2.130.737	30.772	141.040	2.302.549
Garantias pessoais				
Vincendo	7.246	-	-	7.246
Outros créditos				
Vincendo	1.223.532	15.838	65.201	1.304.571
Vencido	2.894	5.232	46.658	54.784
	1.226.426	21.070	111.859	1.359.355
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	2.709.726	-	1.694	2.711.420
Vencido	-	-	1.080	1.080
	2.709.726	-	2.774	2.712.500
Total crédito vincendo	14.656.163	65.032	759.091	15.480.286
Total crédito vencido	8.853	11.014	229.718	249.585
Total de crédito	14.665.016	76.046	988.809	15.729.871

	2009			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	6.673.793	116.444	109.480	6.899.717
Vencido	8.338	21.479	82.896	112.713
	6.682.131	137.923	192.376	7.012.430
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.099.650	15.217	28	1.114.895
Vencido	-	-	28	28
	1.099.650	15.217	56	1.114.923
Crédito à habitação				
Vincendo	1.720.974	25.601	115.209	1.861.784
Vencido	82	371	6.895	7.348
	1.721.056	25.972	122.104	1.869.132
Garantias pessoais				
Vincendo	1.986	-	-	1.986
Outros créditos				
Vincendo	982.721	46.877	46.540	1.076.138
Vencido	4.127	5.563	45.217	54.907
	986.848	52.440	91.757	1.131.045
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	998.970	-	-	998.970
Vencido	444	-	-	444
	999.414	-	-	999.414
Total crédito vincendo	11.478.094	204.139	271.257	11.953.490
Total crédito vencido	12.991	27.413	135.036	175.440
Total de crédito	11.491.085	231.552	406.293	12.128.930

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 2.133.186, ascendendo a imparidade a mCve. 346.847. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2010			2009		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	55.942	993	56.935	478.914	8.056	486.970
Particulares	82.634	2.431	85.065	54.993	17.787	72.780
	138.576	3.424	142.000	533.907	25.843	559.750

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

	2010				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.210.399	3.210.399	-	-	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152.402	152.402	-	-	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	287.504	287.504	-	30.492	317.996
Aplicações em instituições de crédito	629.204	629.204	-	-	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	1.852.963	(42.873)	-	1.895.836
Crédito a clientes	11.838.590	11.627.755	(210.835)	(155.757)	11.682.833
	18.013.935	17.760.227	(253.708)	(125.265)	17.888.670
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	322.492	313.169	(9.323)	-	322.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.574.334	15.490.048	(84.286)	-	15.574.334
Outros passivos subordinados	514.194	493.209	(20.985)	(371)	513.823
	16.411.020	16.296.426	(114.594)	(371)	16.410.649

	2009				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.024.039	2.024.039	-	-	2.024.039
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.468	209.468	-	-	209.468
Activos financeiros disponíveis para venda	273.888	273.888	-	25.241	299.129
Aplicações em instituições de crédito	1.343.450	1.343.450	-	-	1.343.450
Títulos de dívida pública	1.791.599	1.788.133	(3.466)	-	1.791.599
Crédito a clientes	10.308.272	10.197.166	(111.106)	(134.689)	10.173.583
	15.950.716	15.836.144	(114.572)	(109.448)	15.841.268
Passivo					
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	740.755	736.468	(4.287)	-	740.755
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.457.833	13.454.691	(3.142)	-	13.457.833
Outros passivos subordinados	514.333	502.365	(11.968)	(392)	513.941
	14.712.921	14.693.524	(19.397)	(392)	14.712.529

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.517 e mCve. 1.808, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
  - As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. e no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2010					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	44.924	21.460	10.497	(24.705)	(19.724)	(23.296)
Total activo sensível	44.924	21.460	10.497	(24.705)	(19.724)	(23.296)

	2009					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	51.903	25.077	12.332	(11.941)	(23.512)	(45.615)
Total activo sensível	51.903	25.077	12.332	(11.941)	(23.512)	(45.615)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2010	(13.849)	(6.894)	(3.404)	3.576	7.066	14.046
Exercício de 2009	(12.064)	(6.032)	(3.016)	3.016	6.032	12.064

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2010				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.056.274	130.268	10.570	13.287	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	33.799	45.186	71.636	1.781	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	317.996	-	-	-	317.996
Aplicações em instituições de crédito	599.117	44	30.041	2	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	-	-	-	1.895.836
Crédito a clientes (líquido)	10.918.704	731.087	33.042	-	11.682.833
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	36.737	-	-	-	36.737
Outros activos	22.680	1.459	-	-	24.139
	16.881.143	908.044	145.289	15.070	17.949.546
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(1)	(322.491)	-	-	(322.492)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(15.215.662)	(214.376)	(143.716)	(580)	(15.574.334)
Outros passivos subordinados	(513.823)	-	-	-	(513.823)
Outros passivos	(342.813)	(3.607)	(1.637)	(14.490)	(362.547)
	(16.072.299)	(540.474)	(145.353)	(15.070)	(16.773.196)
Exposição líquida	808.844	367.570	(64)	-	1.176.350

	2009				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.904.365	94.764	8.254	16.656	2.024.039
Disponibilidades em outras instituições de crédito	89.430	46.434	46.281	27.323	209.468
Activos financeiros disponíveis para venda	299.129	-	-	-	299.129
Aplicações em instituições de crédito	1.298.798	44	44.606	2	1.343.450
Títulos de dívida pública	1.791.599	-	-	-	1.791.599
Crédito a clientes (líquido)	9.429.664	701.638	42.281	-	10.173.583
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	34.816	-	-	-	34.816
Outros activos	11.513	6.061	-	-	17.574
	14.859.314	848.941	141.422	43.981	15.893.658
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(471)	(740.284)	-	-	(740.755)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(13.012.913)	(311.219)	(133.365)	(336)	(13.457.833)
Outros passivos subordinados	(513.941)	-	-	-	(513.941)
Outros passivos	(366.660)	(485)	(7.962)	(43.208)	(418.315)
	(13.893.985)	(1.051.988)	(141.327)	(43.544)	(15.130.844)
Exposição líquida	965.329	(203.047)	95	437	762.814

35. ADOPÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade no Capital Próprio do Banco, em 1 de Janeiro de 2009, pode ser resumido como segue:

	Nota	
Saldos de acordo com o PCSB		1.045.718
Impacto da adopção das NIRF		
Imóveis e outros activos tangíveis	(a)	(14.621)
Activos intangíveis	(b)	(9)
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(c)	(81.180)
Impostos diferidos	(d)	49.911
Imparidade e valorização da carteira de títulos	(e)	(36.740)
Investimento em associadas	(f)	18.571
Imparidade de crédito a clientes	(g)	(94.150)
Provisões	(h)	11.760
Outros	(i)	639
		(145.819)
Saldos de acordo com NIRF - contas pró-forma		899.899

(a) Os ajustamentos de transição relativos a imóveis e outros activos tangíveis podem ser decompostos da seguinte forma:

Activos tangíveis	
Alteração da vida útil	1.857
Imparidade de imóveis de serviço próprio	(16.662)
Outros	184
	(14.621)

De acordo com a IAS 16, a amortização dos activos tangíveis deve ser baseada na sua vida útil estimada (sujeita a revisão periódica), reflectindo o padrão pelo qual os benefícios económicos gerados pela utilização do activo são consumidos pela entidade. O Banco efectuou uma revisão da vida útil atribuída a activos tangíveis, nomeadamente edifícios de serviço próprio, os quais passaram a ser capitalizados em 50 anos em detrimento de 25 anos, tendo as alterações sido efectuadas com efeito prospectivo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

O Banco obteve avaliação para o seu imóvel de serviço próprio. Na medida em foi apurada uma menos-valia potencial significativa face ao valor de balanço, líquido de amortizações, foi registada imparidade, a qual ascendeu a mCve. 17.724.

(b) A Norma IAS 38 impõe requisitos bastante restritivos para o registo de activos intangíveis, quando comparados com as Normas anteriores.

Com referência à data de transição, o Banco efectuou uma revisão detalhada de todos os montantes capitalizados nesta rubrica, tendo sido analisado o seu enquadramento face às regras da Norma IAS 38.

Em resultado desta análise, foram anulados por contrapartida de resultados transitados valores não elegíveis para o registo no âmbito das NIRF, nomeadamente as despesas com a instalação de software, despesas de estabelecimento e custos plurianuais.

(c) Conforme referido na Nota 2.2. l)., de acordo com as NIRF o Banco passou a diferir as comissões cobradas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado um levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2008, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido.

(d) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Cabo Verde, o Banco não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos no âmbito da Norma IAS 12, relativos aos ajustamentos de conversão para NIRF (Nota 12).

(e) Na sequência da transição para as NIRF, o Banco procedeu à classificação dos instrumentos financeiros nas diversas categorias permitidas pela Norma IAS 39, tendo registado ao justo valor acções anteriormente classificadas como títulos de investimento e participações financeiras de acordo com as políticas descritas na Nota 2.2. c). A valorização dos instrumentos classificados em “Activos financeiros disponíveis para venda” foi registada por contrapartida de reservas de reavaliação. No entanto, nos casos em que foram apuradas menos-valias potenciais, o Banco analisou a existência de imparidade tendo em consideração os critérios de declínio significativo e prolongado definidos na Norma IAS 39, tendo registado imparidade em duas participações, com referência à data de transição.

(f) Este impacto resulta da valorização da participação do Banco na SISP – Sociedade Interbancária de Sistema de Pagamentos, S.A.R.L., classificada como investimento em associadas, no âmbito da Norma IAS 28 (Nota 12).

(g) Com a introdução das NIRF, o Banco deixou de constituir provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 4/2006, de 13 de Novembro e com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 6/2007, passando a ser registada imparidade de acordo com as regras definidas pela Norma IAS 39, que incluem entre outros aspectos, o registo de imparidade por análise colectiva e a obrigatoriedade de considerar o efeito temporal na determinação das expectativas de recuperação. O montante de imparidade apurado de acordo com a metodologia adoptada pelo Banco com referência à data de transição foi superior às provisões anteriormente registadas em mCve. 94.150.

(h) A Norma IAS 37 define "provisão" como um passivo com quantia e ocorrência incertas, que se espera venha a originar um dispêndio de recursos económicos. A depreciação, imparidade de activos e dívidas duvidosas são ajustamentos aos valores contabilísticos dos activos e não provisões, não sendo portanto tratados no âmbito deste IAS. Com referência à data de transição, o Banco efectuou uma revisão detalhada de todos os montantes provisionados, tendo sido analisado o seu enquadramento face às regras da Norma IAS 37.

Em resultado desta análise, as provisões que o Banco tinha constituído no âmbito do “Fundo para riscos bancários gerais”, foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

36. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador , as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas (≥ 10% do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.
Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2010 e de 2009:

Gestão do Capital	Dezembro de 2009	Dezembro de 2010	Variação
Fundos Proprios de Base	**952.726**	**1.408.569**	**455.843**
Capital Social	600.000	1.000.000	400.000
Reservas e Prémios	400.718	495.604	94.886
Resultado Líquido	96.978	65.038	(31.940)
Resultados Transitados e outros (Impacto transicção para NIRF)	(144.970)	(152.073)	(7.103)
Fundos Próprios Complementares	**476.363**	**508.439**	**32.076**
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	(23.637)	8.439	32.076
Deduções aos Fundos Próprios totais	**83.132**	**40.512**	**(42.620)**
Participações em Instituições de Crédito	75.108	40.512	(34.596)
Excesso na concentração de risco	8.024	-	(8.024)
Total dos Fundos Próprios Elegíves	**1.345.957**	**1.876.496**	**530.539**
Total do Activo Ponderado	**10.857.602**	**12.833.436**	**1.975.834**

Rácios	Dezembro de 2009	Dezembro de 2010	Variação
Fundos Proprios de Base	8,77%	10,98%	2,20%
Fundos Próprios Complementares	4,39%	3,96%	-0,43%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,77%	-0,32%	0,45%
Rácio de Solvabilidade	**12,40%**	**14,62%**	**2,23%**

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(i) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;

- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objecto de certificação por Auditor Externo;

- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;

- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.

- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;

- O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;

- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respectivo rácio de solvabilidade.